



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 076

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE SETEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE SETEMBRO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o senhor deputado Alexandre Curi (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/CC 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157 e

158/2003, do senhor governador do Estado em exercício, Orlando Pessuti, comunicando haver SANCIONADO os projetos de lei nºs:

491/2003: De autoria do Poder Executivo, que institui o Programa Luz Fraterna, conforme específica, o qual convertido em Lei nº 14.087. **Anote-se - Arquivo-se.**

237/2003: De autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Bartholomeu Lisboa, o qual foi convertido em Lei nº 14.088. **Anote-se - Arquivo-se.**

004/2003: De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública o Instituto Solidariedade, com sede e foro nesta capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.089. **Anote-se - Arquivo-se.**

035/2003: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Ensino e Fomento - IEF, com sede e foro nesta capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.090. **Anote-se - Arquivo-se.**

037/2003: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Centro de Ação Voluntária de Curitiba, com sede e foro nesta capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.091. **Anote-se - Arquivo-se.**

036/2003: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Paranaguá - ADFPAR, com sede e foro no município de Paranaguá, o qual foi convertido em Lei nº 14.092. **Anote-se - Arquivo-se.**

038/2003: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Museu do Futuro, com sede e foro nesta capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.093. **Anote-se - Arquivo-se.**

053/2003: De autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Bom Samaritano, com sede e foro no município de Maringá, o qual foi convertido em Lei nº 14.094. **Anote-se - Arquivo-se.**

057/2003: De autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Olavo Bilac - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê, o qual foi convertido em Lei nº 14.095. **Anote-se - Arquivo-se.**

058/2003: De autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Palmatal - Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê, o qual foi convertido em Lei nº 14.096. **Anote-se - Arquivo-se.**

061/2003: De autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Pequenos Empreendedores Autônomos - GPEA de Primeiro de Maio, com sede e foro no município de Primeiro de

Maio, o qual foi convertido em Lei nº 14.097. **Anote-se - Arquivo-se.**

065/2003: De autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Comitê de Solidariedade dos Funcionários da Sercomtel, com sede e foro no município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 14.098. **Anote-se - Arquivo-se.**

071/2003: De autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Portadores de Parkinsonismo, com sede e foro nesta capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.099. **Anote-se - Arquivo-se.**

080/2003: De autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apicultores do Oeste do Paraná - Apioeste de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon, o qual foi convertido em Lei nº 14.100. **Anote-se - Arquivo-se.**

084/2003: De autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de São João do Triunfo, com sede e foro no município de São João do Triunfo, o qual foi convertido em Lei nº 14.101. **Anote-se - Arquivo-se.**

087/2003: De autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual João Maffei Rosa - Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubatã, o qual foi convertido em Lei nº 14.102. **Anote-se - Arquivo-se.**

088/2003: De autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Rio Verde - Ensino Fundamental, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubatã, o qual foi convertido em Lei nº 14.103. **Anote-se - Arquivo-se.**

089/2003: De autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Helena Connor Braz - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubatã, o qual foi convertido em Lei nº 14.104. **Anote-se - Arquivo-se.**

090/2003: De autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Paulo Roberto Hataczuk Hrehuchuk - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubatã, o qual foi convertido em Lei nº 14.105. **Anote-se - Arquivo-se.**

091/2003: De autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Paulo Leminski - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubatã, o qual foi convertido em Lei nº 14.106. **Anote-se - Arquivo-se.**

094/2003: De autoria do deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação Regional de Pais Presidentes de APM's e APP's de Escolas Estaduais e Municipais de Curitiba e Região Metropolitana - ARPPA, com sede e foro nesta capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.107. **Anote-se - Arquivo-se.**

119/2003: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Israelita HAI, com sede e foro nesta capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.108. **Anote-se - Arquivo-se.**

131/2003: De autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Organização Central das Associações de Desenvolvimento Comunitário de Tuneiras do Oeste, com sede no município de Tuneiras do Oeste e foro no município de Cruzeiro do Oeste, o qual foi convertido em Lei nº 14.109. **Anote-se - Arquivo-se.**

132/2003: De autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública a Associação Bom Samaritano de Paranavaí, com sede e foro no município de Paranavaí, o qual foi convertido em Lei nº 14.110. **Anote-se - Arquivo-se.**

154/2003: De autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no município de Enéas Marques e foro no município de Francisco Beltrão, o qual foi convertido em Lei nº 14.111. **Anote-se - Arquivo-se.**

155/2003: De autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Surdos e Terapia da Linguagem, com sede e foro no município de União da Vitória, o qual foi convertido em Lei nº 14.112. **Anote-se - Arquivo-se.**

191/2003: De autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Jamil Assad Jamus - AMOJA, com sede no município de Mauá da Serra e foro no município de Marilândia do Sul, o qual foi convertido em Lei nº 14.113. **Anote-se - Arquivo-se.**

056/2003: De autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alessandra Bastida Mancin - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê, o qual foi convertido em Lei nº 14.114. **Anote-se - Arquivo-se.**

116/2003: De autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Grupo Espírita Casa da Prece, com sede e foro no município de Cambé, o qual foi convertido em Lei nº 14.115. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 584/2003, do senhor Henrique Naigeboren, presidente do Tribunal de Contas, comunicando que através da Resolução nº 4183/2003, de 31 de julho de 2003, foi homologado o quadro definitivo das quotas da participação dos municípios - ICMS, constantes do

Decreto nº 6772, de 26 de dezembro de 2002. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 132/2003, da Sra. Benedita da Silva, ministra do Estado da Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2003. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 138/2003, da Sra. Benedita da Silva, ministra do Estado da Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2003. **Ao Conhecimento da Casa.**

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 098/2003

Exmo. Sr. Roberto Requião digníssimo governador do Estado do Paraná.

O deputado Doutor Luciano, dirige-se a V. Exa. para que tome providências no sentido de:

01 - Reduzir as tarifas referentes ao consumo de água para os hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Estado do Paraná.

02 - Promover uma redução da tarifa igual a porcentagem média anual de leitos ocupados por doentes do SUS de modo que, por exemplo, se o hospital ocupar 70% de leitos com doentes do SUS tenha redução tarifária também de 70%.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

Os hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde vivem uma grave crise, configurada a partir, dentre outros, dos seguintes fatos:

01 - desde 1995 os valores dos procedimentos hospitalares de suporte ao tratamento dos doentes do SUS (hospedagem, alimentação, serviços de enfermagem) não sofrem reajustes;

02 - no mesmo período, a inflação rompeu a barreira dos 150%;

03 - os reajustes do gás de cozinha, da energia elétrica, da água, dos serviços telefônicos e do transporte coletivo (vale-transporte de funcionários), foram superiores a inflação e os da cesta básica, que foram, em média, de 70%;

04 - vários insumos hospitalares são indexados ao dólar, que triplicou de valor no período;

05 - as necessárias exigências que fazem os diversos órgãos fiscalizadores das atividades hospitalares (Vigilância Sanitária, Conselhos de Classe, Entidades Trabalhistas), tornam o custo da manutenção da estrutura física bastante superior ao das construções em geral.

Esta prolongada crise de financiamento tem gerado:

01 - o sucateamento tecnológico dos estabelecimentos hospitalares e a impossibilidade do cumprimento dos adequados padrões de qualidade;

02 - o achatamento dos salários do pessoal do setor com a conseqüente queda da qualidade e da confiabilidade dos serviços;

03 - o fechamento de diversas unidades hospitalares.

Neste momento, as entidades que representam os hospitais de nosso Estado, estão alertando a todas as autoridades - do Executivo, do Legislativo e do Judiciário - que os efeitos da crise atingiram limites insustentáveis no âmbito do setor, e que todos aqueles que possam mobilizar no sentido de amenizá-la devem agir com urgência, a fim de evitar o quadro catastrófico que, inexoravelmente, se avizinha.

Consistirá tal quadro, na impossibilidade de manter os serviços em funcionamento e na intensificação do fechamento de unidades hospitalares, ou sejam, no desabastecimento deste serviço essencial que, no caso dos hospitais privados do Paraná, é responsável por 85% dos atendimentos hospitalares para os usuários do SUS.

Diante disso, tornam-se imprescindíveis todas as medidas capazes de minorar essa crise iminente, entre elas, aquelas que são objeto desta indicação.

INDICAÇÃO Nº 099/2003

Exmo. Sr. Roberto Requião digníssimo governador do Estado do Paraná.

O deputado Doutor Luciano, dirige-se a V. Exa. para que tome providências no sentido de:

01 - Implantar em todo o Estado do Paraná incentivos financeiros para os municípios que desenvolvem o Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

02 - Determinar que tais incentivos sejam, em parte, aplicados em ações de capacitação e qualificação dos Agentes Comunitários de Saúde, e, em parte, revertidos para remuneração adicional dos mesmos.

03 - Estabelecer que os valores sejam definidos a partir de critérios adequados, aprovados na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e no Conselho Estadual de Saúde (CES) e repassados aos municípios na modalidade Fundo a Fundo.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A assistência básica de saúde no Brasil vem evoluindo positivamente e de modo significativo nos últimos anos. Duas estratégias têm cumprido um papel essencial nesta evolução e prestado uma contribuição fundamental com visíveis impactos epidemiológicos: Saúde da Família e Agentes Comunitários da Saúde.

A longa história do trabalho dos Agentes Comunitários da Saúde em todo o Brasil vem ganhando, nos últimos anos, destaque ainda maior. Participando das

equipes da Saúde da Família ou de outras estratégias da Saúde Pública como, por exemplo, o combate ao mosquito transmissor da dengue, estes profissionais têm adquirido visibilidade crescente pela importância do trabalho que realizam.

São eles que percorrem cada rua de cada bairro das cidades, bem como a zona rural de todos os municípios de nosso Paraná. Lançam seu olhar atento e vigilante sobre os problemas de saúde casa-a-casa, não só identificando situações que inspiram cuidado mas, sobretudo, repassando informações e exercendo a solidariedade junto às pessoas e famílias.

Com frequência oriundos da própria comunidade onde atuam mantêm com ela laços e relações de confiança que dificilmente seriam possíveis de outra forma. Assim, cumprem o papel de braços avançados do Sistema Único de Saúde, aproximando o mesmo de seus usuários para que as providências que precisem ser tomadas, principalmente no terreno da prevenção, aconteçam no momento certo.

Aos avanços obtidos, através da ação dos municípios e do Ministério da Saúde, deve somar-se o esforço do Governo Estadual, apoiando os municípios para que melhorem ainda mais os serviços prestados pelos Agentes Comunitários de Saúde à população. Esta é uma das inúmeras possibilidades de somar esforços com os governos locais para que possam continuar a fazer frente às suas inúmeras atribuições, para as quais escasseiam os recursos, não obstante já cumpram o que lhes cabe no financiamento do Sistema Único de Saúde.

INDICAÇÃO Nº 100/2003

Exmo. Sr. secretário de Estado da Segurança.

O deputado estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

01 - A transformação do Pelotão da Polícia Militar de Rio Negro-PR, em Companhia da Polícia Militar de Rio Negro-PR.

02 - A Companhia da Polícia Militar de Rio Negro-PR, passará a atender as cidades de Rio Negro onde será sua sede, bem como Campo do Tenente, Quitandinha e Piên.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Salienta-se que na região de Rio Negro, Campo do Tenente, Quitandinha e Piên, os índices de criminalidade vem crescendo assustadoramente, o que acaba por forçar a conclusão que o número de policiais militares encontra-se defasado.

Cabe ressaltar que as cidades envolvidas nesta indicação encontra-se distanciadas entre si de tal forma que com um efetivo pequeno como o atual, fica mais difícil o atendimento em situações emergenciais e mesmo para a realização de um trabalho repressivo ao crime. Atualmente o Pelotão da Polícia Militar que lá existe é composto oficialmente de 30 (trinta) homens, no entanto,

na prática este número se mantém reduzido a aproximadamente 20 (vinte) homens, considerando-se licenças médicas, licenças especiais e férias.

Com a pretensa indicação busca-se um aumento de efetivo para aproximadamente 150 (cento e cinquenta) homens o que certamente estaria mais próximo da realidade com relação ao número de crimes que vem acontecendo, bem como considerando ainda o aumento da população e concentração bancária.

Salienta-se ainda que há de se considerar que a cidade de Rio Negro está em uma região de fronteira com o Estado de Santa Catarina, o que por si só já justificaria um aumento de efetivo, pois a concentração de criminosos do Estado vizinho naquela região também é verificada com frequência, tornando a atual Companhia, localizada na cidade da Lapa, obsoleta e com pouco efetivo para dar o respectivo atendimento, como forma de prevenção a atuação delituosa de criminosos que por ventura se dirigem para aquela região fronteiriça.

A população daquela região não pode ser esquecida por esta Assembléia Legislativa do Estado, pois assim como todos desejam estar amparados nas questões relativas à segurança pública, àquela região da mesma forma clama por um efetivo maior com conseqüentes transformação do Pelotão da PM em CIA da PM.

Nestes termos, justifica-se a transformação do Pelotão em CIA da PM em Rio Negro.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2110

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 539/2003, que municipaliza o trecho da Rodovia PR-471, que liga a sede do município de Três Barras do Paraná até o Rio Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2130

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos constantes da Ordem do Dia que não sofreram emendas no curso de sua tramitação da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2108

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER, que, após ouvido o Plenário seja adiada a votação do Projeto de Lei 307/2003, que veda o plantio, a sementeira, o cul-

tivo, a importação, o transporte e a comercialização de organismo geneticamente modificados, por 10 Sessões.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A informação de qualidade é um dos fatores fundamentais da cidadania. Cidadãos bem informados são autônomos, donos do seu nariz. A difusão de pseudo-conceitos, de forma equivocada sensacionalista, confunde e atrapalha.

Na questão dos Organismos Geneticamente Modificados é o que está acontecendo.

É necessário apostar e dar tempo ao debate. Para discutir todas as possibilidades e os riscos, todos os avanços que podem beneficiar a sociedade e todos os cuidados que devem ser adotados.

Entendendo que o projeto em pauta necessita maior discussão, solicitamos o adiamento da votação do mesmo por dez sessões, para que ocorra um debate mais aprofundado.

REQUERIMENTO Nº 2128

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja obedecido o disposto no artigo 183, “a” e “c” do Regimento Interno da Assembléia Legislativa que diz:

“Aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

a) será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das Comissões Permanentes, que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres;

...

c) na falta desses pareceres, a proposição figurará em pauta, na forma regimental...”

Já o artigo 142, parágrafo 1º expressa:

“Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente encaminha-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas”.

Ora, o Projeto de Lei 295/2003 já está em Regime de Urgência desde 27 de maio do corrente. Veio ao Plenário e recebeu emendas. E infelizmente se encontra de novo na CCJ há mais de duas semanas sem que venha a Plenário.

Assim, a teor do artigo 183, “a” e “c”, combinado com o artigo 142, parágrafo 1º, o signatário requer, ouvida a deliberação plenária, a inclusão do Projeto de Lei nº 295/2003 na primeira pauta de qualquer Sessão a ser realizada a partir desta, ou ainda a inclusão na pauta desta Sessão, conforme dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2106

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário autorização desta Casa de Lei, para ausentar-se em viagem oficial, entre os dias 25 de setembro e 5 de outubro do corrente ano, para conhecer Sistemas Nacionales de Salud y Educación, a convite do Ministério da Educação Superior de Cuba.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2111

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do senhor José Romeu do Amaral, ocorrido no dia 22 do corrente mês, cidade de Londrina/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, senhora Joselita Frasso de Mattos, enviando correspondência à Rua Madre Leonia Milito, 180 - Jd. Bela Suíça, CEP 86050-270 - Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O senhor José Romeu do Amaral nasceu em Ingá do Bacamarte, no Estado da Paraíba. Formado em jornalismo, trabalhou durante anos no Jornal do Comércio, em Recife. Em 1950 mudou-se para a cidade de Londrina, onde adquiriu o Jornal Gazeta do Norte.

Foi um dos primeiros sócios da Associação Brasileira de Imprensa.

O jornalismo paranaense sofreu uma grande perda com o morte do jornalista, que além do seu extenso trabalho na área de comunicação social criou fortes raízes no Paraná, ajudando em seu desenvolvimento desde a década de 50.

Mais de que saudades pelo exemplo de trabalho realizado, deixará a esperança por dias melhores.

É o que dividimos e aspiramos em condolências com a família, parentes e amigos pela irreparável perda.

REQUERIMENTO Nº 2121

Senhor Presidente:

O deputado estadual adiante firmado, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar a inserção nos Anais da Plenária do dia de hoje, do registro de felicitações especiais à equipe de futebol de salão do município de Entre Rios do Oeste, por sagrar-se campeã dos Jogos da Juventude do Paraná, na cidade de Campo Mourão, no último dia 20 de setembro.

A mesma equipe, antes já havia conquistado o campeonato, na modalidade esportiva antes citada, dos Jogos Colegiais do Paraná.

Atletas e dirigentes campeões: Adilson de Oliveira, Adilson Rodrigues Coitinho, Anderson Maicon Zimmermann, Cristiano Petry, Eris Benevides Ranieri, Geison Geovane Wayhs, Gilberto Bergmann, Marcelo Júnior Alves, Paulo Roberto Cavalheiro, Sidinei de Moura Helfenstein, Tiago Antonio Machado, Tiago João Kaufmann, Toni Rodrigues, Willian Bokorni.

Técnico: João Amadeu Salla (Russo); preparador físico: Laudinei Killing; massagistas: Ivo Welter e Marcelo Assunção Costa.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Paraná, se assim entender o seu corpo legislativo, por este deputado, na condição de legítimo representante de Entre Rios do Oeste nesta Casa de Leis, rende a sua efusiva homenagem aos atletas, dirigentes e seus familiares, e às autoridades municipais pelo título obtido, desejando largo sucesso nos novos certames que porventura, vier a disputar, e que sempre colham grande satisfação pessoal na prática da modalidade esportiva escolhida, no apoio prestado e na divulgação do progressista município pelo Estado afora.

Caso aprovada a presente proposição, o parlamentar requer que da decisão seja dada ciência ao senhor Elpídio Holzbach, prefeito municipal, senhor Romeu Backes, vice-prefeito municipal, senhor Lauro Rohde, secretário municipal do Esporte e aos atletas e dirigentes acima mencionados, via correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste, à Rua Tocantins, 600; e que seja também dado conhecimento do aprovado ao senhor vereador Paulo Vogt, presidente da Câmara Municipal de Entre Rios do Oeste, Rua Amazonas, 769 - CEP 85.988-000

REQUERIMENTO Nº 2123

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações a todos os radialistas do Estado do Paraná, pela passagem do seu dia, comemorado em 21 de setembro, ressaltando a importância da classe para a divulgação de informações e entretenimento à população do nosso Estado.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo, através de correspondência a ser encaminhada para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Rádio-difusão do Estado do Paraná, senhor Newton Martins de Oliveira, Praça Carlos Gomes, 211, 1º andar, sala 4, CEP 80010-140 - Curitiba PR.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2125

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Francisco Pedro e Justina Paulina Pedro, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro.

Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2109

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, homenagem póstuma de louvor, ao Sr. Jorge Bernardo Bueno. Nascido no dia 20 de agosto de 1907, na cidade de Canoinhas, Santa Catarina, filho de Antônio Borges Bueno e de D. Percilhana Silveira Bueno, estes descendentes de espanhóis. Foi casado com D. Emma Silveira Bueno, com a qual teve doze filhos, sendo oito homens e quatro mulheres.

A família imigrou, na década de 1930, para Guarapuava e mais tarde para Laranjeiras do Sul, fixando residência no distrito de Catanduvás, que pertencia ainda a Laranjeiras do Sul. Faleceu em Catanduvás em 1980, causando perda irreparável para a sua família e para toda a comunidade da região de Catanduvás.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2127

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de louvor e congratulações ao presidente da República da Argentina, Nestor Kirchner, pela coragem e firmeza impostas junto ao Fundo Monetário Internacional - FMI.

Fatos claramente demonstrados nas negociações da dívida externa daquele país, colocando o interesse do povo argentino e a sua soberania nacional acima dos interesses internacionais que sempre nortearam estas relações do FMI com outros países, inclusive o Brasil, o

Brasil de ontem e o de hoje, presidido pelo histórico líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Brasil contabiliza uma histórica dívida externa que supera R\$600 bilhões. E a cada ano se supera em volume, tanto na captação de novos empréstimos quanto com o pagamento dos serviços da dívida. Assim, sempre foi no Brasil e assim continua sendo no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, apesar do Partido dos Trabalhadores - PT, não ter feito outra coisa nos últimos 30 anos, até a posse do seu líder maior, a não ser combater com denúncias e movimentos sociais a voracidade do FMI.

Certo está o governo argentino, que pediu ontem aos credores um desconto de até 75% (setenta e cinco por cento) no valor de seus tributos da dívida externa, como forma de retomar os pagamentos suspensos desde dezembro de 2001. A Argentina, que deve 103 bilhões de dólares, apresentou esta proposta através do ministro da Economia, Roberto Lavagna, e pelo secretário de Finanças, Guillermo Nielse, em Dubai (Emirados Árabes), onde acontece a reunião do Fundo Monetário Internacional - FMI.

Apesar de ficarem escandalizados com a proposta argentina, os investidores sabem que o que está em jogo é a situação interna daquele país, que mergulhado numa profunda depressão econômica, desde o fim da última década, tenta sair com grandeza desta situação. E a melhor, ou a única forma, é impondo o seu limite de negociação junto ao Fundo Monetário Internacional.

O Brasil de Lula e PT, já entrando no nono mês do novo governo de esquerda, mesmo contrariando as bases da sua agremiação, mesmo à custa do sofrimento do povo brasileiro, continua acenando para uma possível integração na Área de Livre Comércio da América Latina - Alca. Mas mesmo assim, sem cobrar qualquer contrapartida por parte dos nossos credores internacionais, como o FMI. Quando só poderia aceitar tal ingresso somente se perdoada boa parte da dívida externa do país. Pelo que se pode observar no cenário econômico brasileiro, a nossa população é punida de todas as formas com a famigerada dívida externa e com o pagamento pontual dos juros impostos pelos credores internacionais.

A sociedade civil organizada, partidos políticos, parlamentares, enfim, o povo brasileiro, tem que se mobilizar para que o Brasil não fique à mercê da história e continue subserviente aos desejos incontroláveis do Fundo Monetário Internacional, pois esta dívida está nos custando suor, sangue, miséria.

Nossos parabéns ao povo argentino, nossos parabéns ao presidente Nestor Kirchner.

REQUERIMENTO Nº 2107

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviada cor-

respondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, lembrando promessa de campanha de distribuição de leite às crianças carentes, tendo em vista o atual governo estar completando seu nono mês de gestão e ainda não existir tal programa.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2119

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, REQUER, seja destinado o Grande Expediente da Sessão do dia 21 de outubro, terça-feira, para a comemoração do aniversário de Criação do Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual, ocasião em que haverá uma prestação de contas das ações daquela corporação à Assembléia Legislativa do Paraná

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Criado em 27 de outubro de 1964, com o nome de Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual, na comunidade orgânica da Polícia Militar do Paraná, o serviço de patrulhamento rodoviário já existe há 57 anos, desde 1946, com o nome de Polícia de Estradas.

Hoje servem a população em 65 postos no interior do Estado e na Capital, cobrindo 11.904km de rodovias estaduais e 3096 km de rodovias federais delegadas.

Têm sido a garantia contra saques, assaltos, fomentando a prevenção de acidentes, e divulgação as regras de bom trânsito, com o respectivo à vida e bons costumes na direção.

São admirados parceiros comunitários, apreciados pelas coletividades as quais servem.

Na celebração pretendida virão a Curitiba, e a este Palácio Legislativo, o Comandante do Batalhão, seu Estado Maior, e os Comandantes das 6 Companhias e 65 postos do interior.

REQUERIMENTO Nº 2124

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Educação, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando reformas urgentes na Escola Estadual José Elias da Rocha, no bairro de Olarias, município de Ponta Grossa, que oferece precárias condições de utilização aos seus alunos e professores.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2118

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia seja encaminhado pedido de informações ao secretário Padre Roque Zim-

mermann: por que o gabinete do Instituto de Ação Social do Paraná (IASP) indeferiu o pedido da Associação Médica do Paraná de ajuda institucional - junto ao Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA) - Caminhando Juntos - de Assistência a Creches Comunitárias da Grande Curitiba?

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Inexplicável lançar no arquivo morto a justa solicitação da Associação Médica do Paraná, entidade de credibilidade indiscutível que, há 70 anos congrega cerca de 3000 profissionais liberais, num pedido de ajuda institucional para ampliar meritório programa de manutenção de creches comunitárias, com cestas básicas mensais, hoje para 2100 crianças, num serviço voluntário, anterior ao Fome Zero.

Quem não investe nas crianças, não investe no futuro. A pré-escolarização é essencial para o aprendizado, e o primeiro espaço para a socialização e o correto desenvolvimento psicomotor e da cidadania. O Fome Zero começa na papinha da creche.

O objetivo do pedido de recursos ao FIA era de material de puericultura e equipamentos para as 21 creches atendidas pelo programa da AMP, e de confecção de material institucional para conseguir mais médicos contribuintes na manutenção de mais crianças/mês e auto-sustentação do projeto. O ato de arquivar não é ato de ação social. E não condiz com a orientação generosa e vibrante para a promoção social do governo do Estado e a sensibilidade social do governador Roberto Requião.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 562/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Triunfense de Abrigo e Proteção à Criança e ao Adolescente, com sede e foro no município de São João do Triunfo-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A Associação Triunfense de Abrigo e Proteção à Criança e ao Adolescente, com sede e foro no município de São João do Triunfo, é entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada, estando em pleno funcionamento desde abril de 2001. Atende 16 (dezesseis) crianças entre 02 (dois) e 15 (quinze) anos de idade. Os cargos de sua diretoria, Conselhos Fiscais, Deliberativos, não são remunerados, não distribui bonifi-

cações ou vantagens e dirigentes, mantenedores ou associados sob nenhuma forma.

O objetivo da Associação é abrigar e proteger crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos, do município de São João do Triunfo, que estejam vivendo nas condições de violação de seus direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Com atendimento inteiramente gratuito, em período integral, proporciona um ambiente sadio para estudo, formação, trabalho e lazer.

Pela documentação acostada, verificamos sua Utilidade Pública, para cuja declaração solicitamos o apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 563/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Edhucca - Escola de Desenvolvimento Humano Casa do Caminho, com sede e foro no município de Apucarana, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Civis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública a Edhucca - Escola de Desenvolvimento Humano Casa do Caminho, com sede e foro no município de Apucarana-PR.

Fundada em 24 de junho de 2001, a entidade tem por objetivo e finalidade de acordo com seu estatuto, de promover a integração ao mercado de trabalho pela qualificação e requalificação profissional de jovens e adultos de acordo com as necessidades do mercado local e regional de trabalho e consoante as habilidades e vocações individuais de cada treinando, sem distinção de raça, cor, sexo, ideologia política ou credo religioso.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 564/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro e Similares - Sindmare, com sede e foro em Guaratuba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A documentação inclusa comprova que o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro e Similares, preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 565/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Paraná e Adjacências, com sede e foro em Colombo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A documentação inclusa comprova que a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Paraná e Adjacências, preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 566/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado o prédio do Instituto Médico Legal de Curitiba, com sede nesta Capital, como Instituto de Medicina Legal Dr. Elias Zacarias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O IML - Instituto Médico Legal de Curitiba, localizado a Avenida Visconde de Guarapuava, nesta Capital, é edifício público e não possui nomenclatura, a não ser o de sua própria designação e função.

Atendendo solicitação de muitos colegas de trabalho do Dr. Elias Zacarias, que nele reconhecem uma referência na área de medicina legal, apresentamos o presente projeto de lei que confere seu nome àquele prédio, elevando-lhe justa homenagem pelos relevantes e dedicados serviços prestados ao Estado do Paraná dentro de sua sagrada profissão, ao longo de tantos anos em que esteve trabalhando no IML, onde exerceu todos os cargos de chefia, inclusive o mais elevado - diretor geral - função

que ocupou de 1975 até o advento de sua aposentadoria, em 1986.

PROJETO DE LEI Nº 567/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogado o parágrafo único do artigo 2º, da Lei nº 14.035, de 20 de março de 2003, alterada pela Lei nº 14.059, de 25 de junho de 2003, que disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) RENI PEREIRA

Apoioamento:

Ângelo Vanhoni.

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentamos o presente projeto de lei, que objetiva revogar o parágrafo único do artigo 2º, da Lei nº 14.035, de 20 de março de 2003, que disciplina o funcionamento de clubes, academias, atividades físicas, desportiva, recreativas e de lazer.

A razão da proposição é que a Lei nº 14.035, foi alterada pela Lei nº 14.059, de 25 de junho de 2003, criando redação contraditória entre o parágrafo único do artigo 2º, da Lei nº 14.035, de 20 de março de 2003, e o parágrafo único ao artigo 1º, acrescentado pela Lei nº 14.059.

Sendo assim, preocupados em manter os objetivos do parlamentar autor de ambas as leis, deputado Ângelo Vanhoni, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 568/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à senhora Tomi Nakagawa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Com seus 97 anos de idade, a senhora Tomi Nakagawa, é um exemplo vivo da tradição cultural japonesa, sendo a única passageira do Kasato Maru que ainda se encontra viva, parece que resistindo até que a história lhe faça justiça.

Pessoa de destacada na sociedade londrinense por sua ilibada conduta pessoal, exercendo forte influência sobre os que a cercam, e, verdadeiramente reverenciada pela Colônia Japonesa no Paraná e no Brasil.

Nascida em 15 de outubro de 1906, filha de Mitsuji Nishimura, de nacionalidade japonesa, sendo natural de Tamana-Shi-Kumamoto-Ken - Japão, chegou ao Brasil pelo navio Kasata Maru, em 18 de junho de 1908 (com 2 anos de idade), Porto de Santos, onde seus pais desembarcaram.

Passou sua infância na fazenda Mogiana, no Estado de São Paulo, tendo trabalhado nas matas e lavouras nos municípios de Lins, Promissão e Marília, todos no Estado de São Paulo.

Casou em 1922 com o senhor Massaju Nakagawa, de quem é viúva desde 17.10.80, tendo 8 filhos, dos quais dois já são falecidos, possui 30 netos, 33 bisnetos e 1 tataraneto.

Em 1950, mudou com sua família para o município de Cambé-PR, onde adquiriram terras no Km 9 da estrada da Prata e em 1958, fincou raízes na cidade de Londrina, onde reside até hoje, na rua Ribeirão Preto, 128, Jardim Campo Belo - Londrina-PR.

Tomi Nakagawa, satisfaz todos os requisitos da Lei nº 13.115/2001, por sua conduta pessoal sem mácula e ilibada, irrepreensíveis.

Pelo seu alto espírito empreendedor e pioneiro, deu tudo de si na construção de uma sociedade mais justa e livre para os paranaenses, não só entre os seus patrícios, mas para que o desenvolvimento social londrinense fosse a realidade que é hoje.

No aspecto legal, o Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB está dentro de sua cota de quatro (04) proposição, respeitando o contido no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei nº 13.155/2001.

Assim dito e justificado, solicito o apoio dos demais pares desta Casa para a aprovação da presente honraria.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Gostaria, nesta tarde de hoje demonstrar a minha indignação em relação a Comissão de Constituição e Justiça, que vetou dois projetos de minha autoria. Projetos que entraram na comissão no dia 21 de maio para análise, e somente hoje recebi a resposta que os dois projetos tiveram pareceres contrários, que foram vetados, de acordo com o funcionário da CCJ.

Esses dois projetos tratam da educação, basicamente: um deles autoriza o Governo do Estado a implantar a disciplina de informática nas escolas estaduais; o outro autoriza o governo do Estado implantar a educação em tempo integral nas nossas escolas.

Onde está a ilegalidade? Onde está a inconstitucionalidade em relação a dois pontos nobres que estamos defendendo hoje aqui, com grande alcance social? Dois projetos que poderiam beneficiar, e muito, a nossa população. Inclusive a escola em tempo integral já é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases que, a partir de 2007, será obrigatório no país todo.

Infelizmente, aqui parecer que estamos na contra-mão da história. Até parece que por picuinhas pessoais. Até parece que por desavenças político-partidárias estão travando projetos que poderiam ajudar, e muito, a solucionar boa parte dos problemas que vivemos hoje em dia. E o desrespeito a este deputado também, porque não foi respeitado o regime de urgência que solicitei, aprovado que foi por esta Casa.

Até mesmo a imprensa nacional no dia de ontem apresentou um comparativo interessante, que mostra o quanto importante é se investir em educação. Citaram o exemplo da Coreia, dos grandes tigres asiáticos que, em quinze anos fez uma verdadeira revolução econômica e educacional naquele país. Que, com 40 milhões de habitantes investe cerca de 1 trilhão de reais em educação.

E o Brasil, com 22 milhões de analfabetos ou analfabetos funcionais, com 180 milhões de habitantes, investe cerca de 12 bilhões de reais em educação.

Esse estudo mostrou que o país que investe em educação melhora a qualidade de vida. Aumenta, inclusive, a renda *per capita* dos seus habitantes. Lá mesmo na Coreia, que tinha a média de 100 dólares *per capita* de rendimentos, hoje está na casa dos 2 mil e 200 dólares.

Enquanto isso, nós estamos aqui travando projetos que poderiam melhorar a vida de todos nós.

Inclusive esse projeto da educação em tempo integral, é emblemático para o Partido Democrático Trabalhista, o PDT, que há dezesseis anos administra a cidade de Niterói, no interior do estado do Rio de Janeiro, a cidade com o menor índice de analfabetismo do Brasil.

Sabemos que países como a Alemanha e Japão só conseguiram erguer-se do pós-guerra por meio de investimentos na educação em tempo integral. Por isso, é lamentável quando vemos o ministro da Educação, Cristóvão Buarque, um ex-reitor, membro do Partido dos Trabalhadores, reclamando para o presidente Lula e recebendo, inclusive, um “puxão de orelha” porque chegou a reclamar mais investimentos na área da educação.

Vemos aqui membros do PT, inclusive o presidente da CCJ, travando esse projeto e com parecer contrário da Comissão que faço parte, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Gostaria de encerrar dizendo que perdemos uma grande oportunidade de gastar menos em saúde com investimentos na educação. Perdemos uma grande oportunidade não aprovando esses dois projetos que significariam dignidade, inclusão social, diminuição da violência e o aumento da tranquilidade, justamente por causa dessas razões que acabei de enumerar a todos vocês aqui.

Gostaria que esse projeto tivesse passado e que o governador Roberto Requião o vetasse se assim fosse a sua intenção, mas, infelizmente, não sei o mal que fiz; aliás, acho que sei: foi ter feito dois mil cento e sessenta votos na cidade de Cornélio Procopio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademar Traiano)

Segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Plauto Miró Guimarães, digno representante dos Campos Gerais, do PFL.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Uma preocupação muito grande me traz hoje à tribuna desta Casa, quando nos meios de comunicação e agora mais uma vez na Gazeta do Povo, uma manchete que fala sobre o comércio exterior: “China negocia comprar mais soja do Paraná e investir no Porto”.

Tem cheiro de pólvora no ar, senhor presidente e senhores deputados!

Precisamos investigar essa matéria e o que ela traz com relação à negociação que está por acontecer entre o governo do Estado do Paraná, ou melhor, o Porto de Paranaguá e os chineses que querem investir no Porto em troca das taxas portuárias e pasmem, o Porto de Paranaguá pede para que a licitação pública para execução das obras no Porto de Paranaguá seja transferida lá de Brasília (que seria obrigação do Governo Federal) para o Governo do Estado do Paraná.

Um alerta: cheiro de pólvora no ar!

Vamos investigar, vamos buscar informações para que aqui possamos retornar e esclarecer essa vontade que tem o Porto de Paranaguá da transferência de licitação pública das obras do Porto, do Governo Federal para o Governo Estadual. Está muito estranho, mas é cedo para afirmar qualquer coisa, temos que investigar tudo isso.

Quero informar também, senhor presidente, senhores deputados, que hoje está na Ordem do Dia o projeto tão discutido e tão polêmico da proibição da plantação da soja transgênica no Estado do Paraná. Estou encaminhando uma emenda que faz com que esse projeto de lei que proíbe o plantio, a comercialização da soja transgênica no Paraná entre em vigor desde que cumpridas todas as normas estabelecidas pela legislação Federal.

Então, fica claro com esta posição, que essa emenda faz com que no momento em que todas as regras, todas as normas da Legislação Federal forem cumpridas será possível proibir o plantio da soja transgênica no Estado do Paraná. É uma forma e uma contribuição que faço para que a Legislação do Estado do Paraná não fique diferente da Legislação Federal. Se nós temos no meio de comunicação, de ontem, de hoje, minutos atrás escutei numa cadeia nacional de rádio a informação de que amanhã estará sendo entregue no Congresso Nacional, uma medida provisória que vai permitir o plantio da soja transgênica do Brasil, não é possível que aqui no Estado

do Paraná, vamos ter uma lei contrária à Lei Federal. Inclusive porque a Lei Federal está acima da Lei Estadual.

Então, esta emenda modificativa que estou encaminhando a esse projeto de lei vai alinhar a Lei Federal com a Lei Estadual.

E, quero, senhor presidente, senhores deputados também marcar uma posição com relação à atitude tomada pelo senhor governador do Estado, que encaminhou à Corregedoria Geral do Ministério Público, um pedido de abertura de um processo administrativo contra o promotor de Justiça Fuad Faraj, do município de Ponta Grossa. Essa representação que foi encaminhada ao Ministério Público porque este promotor é o promotor da Saúde do município de Ponta Grossa, levantou uma posição contrária à atitude do governador do Estado, de cancelar o curso de Medicina da nossa universidade. E nessa questão levantada pelo reitor, deixou claro e pessoalmente ele esteve na universidade fazendo as visitas, a investigação contatando com o reitor da UEPG, para que lá pudesse ver toda a estrutura, todos os recursos que já haviam sido investidos na Universidade.

E o que ele recebeu em troca, no momento que se posiciona e levanta uma bandeira contrária a atitude do governo do Estado do Paraná junto à Procuradoria da Justiça e a Procuradoria da Justiça acatou essa denúncia.

Está aí o imbrólio, onde estamos vendo o promotor Fuad Faraj, defensor do curso de medicina da Universidade de Ponta Grossa sendo perseguido pelo governador do Estado do Paraná, que tenta prejudicá-lo dentro da sua carreira.

É isso, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ademar Traiano)

Terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas: o que nos traz à tribuna nesta tarde, sem dúvida nenhuma, é primeiro enaltecer a união dos deputados que representam os Campos gerais aqui nesse projeto que estamos apresentando, nessa sugestão que o deputado Anibelli, o deputado Plauto, o deputado Artagão Júnior, o presidente Hermas Brandão e o deputado Alexandre Curi juntamente conosco, estamos apresentando, pedido que seja construída a creche na cidade de Reserva. Uma cidade humilde, simples, e que necessita urgentemente de uma sede para a APAE. Fizemos um pedido em nome dos seis deputados e estamos aguardando agora que o Governo, dentro das possibilidades, construa essa creche na cidade de Reserva, que é uma necessidade do nosso povo.

Fica o pedido em nome de todos os deputados que tiveram a maioria dos votos naquela cidade.

Por outro lado, senhor presidente, senhores deputados, também queremos nos associar ao que disse o depu-

tado Plauto Miró, em que ele condena aqui e nós também condenamos a iniciativa do Estado do Paraná de processar, de abrir um processo administrativo, através da Corregedoria, contra o promotor Dr. Fuad. Ele fez exatamente o que a maioria da população de Ponta Grossa queria, teve a coragem de tomar a iniciativa e agora está sendo chamado, vai ser punido, vai ter que responder um processo porque fez exatamente aquilo que o povo de Ponta Grossa queria. Por isso a nossa solidariedade e a nossa defesa aqui ao promotor Fuad, que teve a coragem e a decência de fazer exatamente essa defesa do povo de Ponta Grossa, da saúde e curso de Medicina.

Por outro lado, também queremos destacar que estamos entrando com um requerimento nesta tarde nesta Casa, pedindo a urgência nas reformas da Escola José Elias, em Olarias, município de Ponta Grossa, onde, senhor presidente e senhores deputados, estamos acompanhando uma escola que precisa imediatamente de reformas. Uma escola que, há poucos dias uma professora chegou a ser levada ao Hospital Pronto Socorro, pois machucou-se porque a madeira já está podre, há infiltração e é um perigo para os moradores e as crianças lá de Olarias. Então, estamos cobrando aqui ao governo do Estado, ao secretário Maurício Requião, que em caráter de emergência faça reformas nessa Escola Estadual José Elias, em Olarias.

E por último, senhora presidente, gostaria, nesta tarde, de trazer um assunto bastante polêmico nesta Casa. O governo do Estado do Paraná, através da Receita Estadual, está penalizando os postos de combustíveis ao invés de punir as distribuidoras de álcool. Está punindo mais de dois mil quinhentos postos no Paraná inteiro, sendo só em Ponta Grossa, cinquenta e sete postos, que passam por grandes dificuldades, alguns chegam até a fechar. Foram multados pela Receita Estadual com multas enormes, mais ainda pela falta de recolhimento do ICMS a menor, feitos pelas distribuidoras de álcool do Paraná.

Quem, na verdade, deveria pagar esse imposto, são as distribuidoras e não os postos de gasolina. Os postos recolheram, fizeram as compras normais, receberam as notas fiscais com duas guias de recolhimento, GR's, que, se existiram diferenças de percentual do ICMS, seria obrigação das distribuidoras de álcool e não dos postos de gasolina. E neste momento a receita está multando os postos de gasolina, dando multa para os proprietários, atingindo a grande maioria dos postos do Paraná, quando na verdade a multa deveria ser para as distribuidoras.

Então, as distribuidoras não pagaram o ICMS que deveriam pagar e, conseqüentemente, agora a Receita está fazendo ações, está dando multa em todos os postos de gasolina do Estado do Paraná. Então, fica um alerta aqui ao governo do Estado, porque os postos vão recorrer e quem deve pagar, se não foi pago, quem estabelece o valor são as distribuidoras. E se as distribuidoras não fizeram o correto, quem deve ser penalizado são elas e não os postos de gasolina, que estão recebendo multas elevadíssimas e são obrigados a pagar a diferença, diferença essa

que não é justa, porque quem tem que pagar são as grandes distribuidoras que erraram e que não fizeram a colocação correta das GR's.

Então, fica esse alerta a esta Casa, à Secretaria de Finanças, à Receita Estadual para que não puna os postos e puna sim, as distribuidoras que são as responsáveis por isso.

Era isso senhora presidente e senhores deputados, muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Pela ordem, senhora presidente.

(Assentimento)

Só para aqui dar ciência ao deputado Jocelito Canto, que no dia 12 de fevereiro foi encaminhado à Fundepar um pedido de informações e um pedido para que a escola José Elias da Rocha passasse por reformas emergenciais pelo problema que lá existe. E desde o dia 12 de fevereiro de 2003, resposta alguma nós tivemos da Secretaria da Educação e da Fundepar.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Solicito informação, senhora presidente, que me informe se tem mais espaço para o Pequeno Expediente.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Não, só no Horário das Lideranças.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Para convencer o deputado Jocelito Canto que o pedido que ele faz é procedente e que posso falar em nome da Liderança do PMDB, em nome do deputado Antonio Anibelli, que vai providenciar junto ao governo a informação quanto a esta multa adicional que estão recebendo os postos. Sabemos que os postos de gasolina têm problemas, mas tem gente séria e que não devem ser colocadas todas na mesma vala comum. E que aqueles que, porventura, se sentirem com o direito atingido, a secretaria vai buscar e a Bancada do Governo vai buscar informações no sentido de esclarecer o fato das multas adicionais que estão recebendo.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Com a palavra o deputado Elio Lino Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Uso a tribuna na Sessão de hoje, - eu iria falar sobre um assunto e acabo de receber um telefonema, eu subi à tribuna e V. Exa. viu que eu ainda estava atendendo o telefone. Recebo um telefonema da cidade de Cascavel, quando o prefeito Edgar Bueno e os vereadores, neste momento, terminaram uma reunião e anunciaram oficialmente em Cascavel que a prefeitura municipal de Cascavel não mais vai mandar a mensagem para a Câmara Municipal, na questão do terreno para a constru-

ção da penitenciária federal. Eu acho que está de parabéns a administração de Cascavel, o prefeito Edgar Bueno, os vereadores de Cascavel que tomaram essa decisão há poucos instantes. Fui comunicado, como disse, neste instante, pelo meu telefone celular e é essa informação que queria trazer à Assembléia Legislativa. E esperamos que os deputados, todos nós, continuemos alerta nesta questão da penitenciária federal que pretende se construir aqui no nosso Estado.

Parece que em Cascavel não mais vai sair, a não ser que o governo do Estado, o governador Roberto Requião, queira usar, de repente, uma área, uma propriedade sua, do próprio Estado para a construção dessa delegacia. Mas havia um entendimento da prefeitura de Cascavel, do governo do Estado e do governo federal, que o município não mais vai ceder essa área. E eu, como deputado do Oeste do Paraná, fico agradecido pelo gesto que o prefeito Edgar Bueno assume neste instante naquele município.

Mas, o que nos traz a tribuna, na verdade, é a questão da segurança pública também. Ontem os jornais anunciaram que 11% da frota dos carros da Polícia Militar estão em manutenção. Nós temos, conforme os jornais noticiaram, quatro mil, duzentos e vinte e cinco viaturas da Polícia Militar, desses 11% estão na reforma, quatrocentos e oitenta e nove. Mas, são pequenos reparos, meus caros deputados: troca de óleo, pastilha de freio, pequenas peças que têm que ser repostas nessas viaturas e que não podem ser reformadas, uma vez que o governo do Estado rompeu o contrato com a empresa que fazia a manutenção desses veículos.

Isso nos entristece também.

Os crimes estão aumentando violentamente em todos os municípios e, principalmente na Capital do Estado. Agora, ao meio-dia e na manhã de hoje, nós, acompanhados do presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, dos deputados Plauto Miró e do líder do governo Ângelo Vanhoni, dirigimo-nos à cidade de Londrina, onde participamos do velório do pai do deputado Durval Amaral. Quando chego em casa, ao meio-dia, ligo a televisão e vejo uma entrevista do secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, quando fazia algumas considerações na questão prisional do Estado do Paraná. Não vi toda a entrevista, vi apenas o seu final, quando o secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná disse que essa herança maldita, que o atual governo tinha herdado do governo passado, estava impossibilitando de dar condições melhores para os presidiários no Estado do Paraná.

Senhora presidente, senhoras deputadas e senhores deputados, antes do ex-governador assumir em 95, não tínhamos quatro mil vagas prisionais no Estado do Paraná. Quando esse governo entregou o governo, ele dobrou as vagas na questão prisional do Estado do Paraná, aumentando em quatro mil vagas. Dessas quatro mil vagas quatro penitenciária de segurança máxima, que foram reconhecidas ontem pelo líder do governo, depu-

tado Ângelo Vanhoni, foram construídas pelo ex-governador, com qualidade. Para informar à Casa e ao secretário da Segurança Pública, que ao menos os presídios que foram construídos no governo passado, foram valorizados e que procura-se devolver para a sociedade esses condenados, que podem voltar a uma vida normal. Duas penitenciárias industriais e outras penitenciárias com qualidade de vida.

O Ministério Público sempre tem solicitado para que os governos, não só do Paraná, mas do Brasil inteiro - todos os governos - ofereçam um sistema prisional e um tratamento penal adequado aos nossos presidiários. Hoje, o secretário - e ouvi quando ele disse que se gastou demais com os presídios no governo passado. O presídio que ainda está fechado, em Piraquara, a Penitenciária Metropolitana. Ela custou, deputado José Maria, algo em torno de dez milhões de reais. São os números que temos, para 450 vagas. Anunciou o atual secretário da Justiça do Estado do Paraná, que construiu uma penitenciária de segurança máxima, essa que era para ser construída em Cascavel, para abrigar 200 presidiários, dezoito milhões de reais, quase o dobro do que se gastou nas outras penitenciárias de segurança máxima.

Existe uma incoerência senhora presidente, senhores deputados, nas afirmações do secretário da Segurança Pública. Ele diz da maldita herança que se herdou. Qual é a maldita herança? Quando o Jaime Lerner assumiu em 95 não tinha quatro mil vagas e quando ele entregou, oito mil vagas. Foi ele quem herdou uma maldita herança do governo passado. O Jaime Lerner foi sucessor do Roberto Requião, que sucedeu o Jaime Lerner. Quem é que herdou uma maldita herança? Acho que é importante, antes das pessoas se manifestarem, dar uma olhada no que efetivamente acontece. Respeito o secretário da Segurança e espero que ele faça um bom governo e uma boa administração. Mas, não pode faltar com a verdade o secretário. No Paraná se construiu, no último governo, mais vagas no sistema prisional do que todos os ex-governo do Estado do Paraná. Acho que é importante que os deputados que ainda não conhecem as penitenciárias, que as visitem. Em Ponta Grossa, onde é modelo e exemplo para o Brasil e em Cascavel também a Casa de Custódia e tantas outras penitenciárias, no Estado do Paraná.

Não é justo que se venha fazer algumas declarações, afirmações e acusações e ainda mais quando vem uma pessoa que saiu de dentro do Ministério Público para assumir a Secretaria da Segurança Pública. Não podemos conceber isso. Espero que o secretário assuma efetivamente o seu cargo de Segurança Pública, desça dos palanques e comece a administrar.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Concedo a palavra ao deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Exma. Sra. deputada presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, senhores deputados.

Mais uma vez subindo a esta tribuna para defender, em nome da política do trabalho, em nome da política da construção, quando aqui sempre defendemos o setor produtivo do Estado do Paraná, quer seja na Capital ou no interior do Estado. E sempre empunhamos a bandeira da esperança, sempre empunhamos a bandeira do trabalho de um Paraná melhor para o povo e principalmente do nosso agricultor.

Sempre que subo a esta tribuna para falar do interior do Estado do Paraná que muito contribui, falar da região de Campo Mourão, do nosso agricultor que planta e com seu trabalho ajuda o crescimento deste País.

No mandato anterior apresentamos um projeto e o Paraná que perdeu mais de 235.000 trabalhadores no campo porque não houve incentivo ao plantio do ouro branco, a cotonicultura que nós chamamos de ouro branco. O Paraná e o Brasil não puderam competir com o algodão plantado na Argentina, nos Estados Unidos e principalmente no Afeganistão. Apresentamos um projeto nesta Casa que aqui teve o apoio dos 54 deputados estaduais, um dos maiores projetos da história deste Estado e que hoje está sendo implantado e é modelo no Estado do Mato Grosso que é o primeiro lugar no plantio do algodão. Apresentamos o projeto, foi aprovado. Quando estávamos elaborando o projeto tivemos o apoio do presidente das cooperativas, da Ocepar e acima de tudo o apoio dos secretários da Agricultura do Governo anterior, do Planejamento e da Fazenda.

Tivemos a maior decepção, senhora presidente, os governos pregam que é para gerar empregos e não existe projeto melhor do que o plantio do algodão para dar o trabalho ao filho do agricultor, ao pequeno agricultor do Estado do Paraná! A agricultura do Paraná ficou contente, as nossas cooperativas, no entanto, tiveram a maior decepção quando o governo anterior vetou o projeto deputado Augustinho Zucchi, da cotonicultura, e V. Exa. entende disso porque é engenheiro agrônomo. Uma decepção total nesta Casa de Leis com o Governo anterior, o Governo Jaime Lerner que tanto nós defendemos!

Esta Casa, comandada pelo presidente da Assembleia, deputado Hermas Brandão, derrubou o veto e o projeto foi promulgado em lei e agora subo a esta tribuna para falar do contentamento que na Secretaria da Agricultura está um outro batalhador da agricultura paranaense que é o vice-governador e hoje secretário da Agricultura, Orlando Pessuti.

Recebemos na nossa região, outro dia, o vice-governador juntamente com o líder do PMDB o deputado Anibelli para discutirmos a implantação do plantio de algodão na Região de Campo Mourão. Uma reunião produtiva e muito importante e quero dizer que temos um secretário à altura do Paraná, que é o vice-governador Orlando Pessuti, para discutir assuntos importantes da economia do Paraná. A agricultura foi a grande responsável pela evolução deste País. Nós da Região e os deputados sabedores disso, o Ademir Bier lá de Marechal Rondon, sabia que a nossa região era pura samambaia. E

que veio a tecnologia e incentivo. E hoje somos um dos maiores produtores. É por isso que neste momento também defendo os agricultores da minha região, que solicitaram para que eu, como deputado estadual, não vote contra o setor produtivo, contra quem planta e não vote contra quem exporta nossos produtos. Por isso, hoje, teremos esse projeto tão importante dos transgênicos.

Mas tenho que estar do lado do nosso agricultor. Precisamos discutir esse projeto com mais cautela, porque não podemos votar contra a tecnologia e contra a ciência. Era isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Encerrado o Pequeno Expediente. Passamos ao Grande Expediente e convidamos o deputado Elton Carlos Welter para apresentar o diretor do Cefet.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhora presidente, fizemos um requerimento, dada a importância do Governo Federal em transformar o Cefet do Paraná na primeira Universidade Federal Tecnológica. Convidamos o diretor do Cefet para falar da importância dessa transformação.

Convido o diretor-geral do Cefet para fazer a sua apresentação e também o está acompanhando o Sr. Marcos.

O SR. DIRETOR DO CEFET (**Ede Januário Neto**)

Agradeço o convite feito pelo deputado Elton Carlos Welter para que possamos falar de uma instituição genuinamente paranaense. Uma instituição que hoje completa seus 94 anos de idade. É uma instituição quase centenária. É uma instituição diferenciada das demais instituições de ensino superior. Tenho muito orgulho de falar da instituição onde pude estudar, onde sou egresso, sou docente desde 1980. E todos que quiserem e que ainda não conhecem a nossa instituição possam de fato fazer uma visita em qualquer uma das localidades do Cefet Paraná. Vou me ater a algumas transparências para fazer uma apresentação mais didática. E depois fico à disposição para qualquer questionamento.

O Cefet Paraná é uma instituição que vem buscando o seu credenciamento como Universidade e isso se deve principalmente a uma questão de legislação, para que tenhamos mais flexibilidade inclusive no trabalho. É uma instituição atípica no Estado do Paraná, porque temos a felicidade de estar distribuída, bem distribuída geograficamente em seis cidades do Estado. E por conta dessas seis cidades do Estado a gente acaba atendendo quase a totalidade dos municípios deste Estado. Temos uma unidade em Curitiba - a mais antiga, uma em Ponta Grossa, Cornélio Procopio, Pato Branco, Medianeira e Campo Mourão. O Cefet Paraná é, hoje, a maior instituição de educação profissional do país.

A nossa instituição começou a se modernizar a partir da década de 80, em cima de alguns pilares. pri-

meiro: é uma escola aberta. O Cefet busca ser uma escola aberta. O Cefet é uma escola que interage e deve interagir pela sua natureza, fortemente com a comunidade e principalmente com o setor produtivo. Interessa-nos, de fato, como instituição de educação tecnológica, fazer um ponto entre a ciência aplicada e o pequeno e médio produto, o pequeno e médio empresário.

O Cefet, ao contrário de algumas instituições, que de fato têm um papel muito mais forte na ciência básica, temos um papel muito mais forte do processo que cabe na pesquisa aplicada, na interação com o setor produtivo. É uma instituição que vem se preocupando muito com a questão da titulação docente, com programas de pós graduação: mestrado e doutorado, sempre na área da educação tecnológica em extensão de área física e interiorização. A partir do início da década de 90, o Cefet passou a ter as modalidades no interior, sendo que a primeira modalidade em Medianeira e a partir de então até a última unidade, que é a unidade de Campo Mourão. Essa expansão para o interior é uma representação de uma Instituição ímpar e a partir do ano que vem assumimos a unidade de Dois Vizinhos: a Escola Agrotécnica Federal de Dois Vizinhos passa a compor o sistema chamado Cefet Paraná. Além disso, aqui em Curitiba, como hoje está limitada a nossa possibilidade de crescimento do nosso prédio central, inauguramos um campus lá na Eco-ville, próximo à Unicamp, para que permita que a gente possa crescer, principalmente nas atividades de laboratório.

É uma instituição que tem, aproximadamente, 13 mil alunos. Maior até que a maioria das universidades federais. É uma instituição que vai desde o ensino médio ao doutorado. Temos o ensino médio não profissionalizante, temos os cursos técnicos - são dez cursos técnicos. Esses cursos técnicos têm sido feitos em parceria com o Governo do Estado, temos uma parceria junto com o secretário de Estado Maurício Requião, para poder dar acesso também àquela instituição aos alunos que venham egressos de instituições públicas de ensino médio e fundamental. Então, passamos a ter uma parcela dos alunos na instituição egressos, efetivamente, de escolas públicas.

Temos os cursos de graduação, com um pacote de 40 cursos, e os programas de mestrado e doutorado. Uma instituição que tem todo um perfil universitário. Somos a instituição que mais tem projetos nos fundos setoriais do Paraná, exceto a Universidade Federal do Paraná, o Cefet é a segunda instituição que tem mais projetos apoiados pelos fundos setoriais.

O número de artigos publicados são dados importantes para o meio acadêmico. Aí tem os cursos, tem os projetos sociais. Todas as unidades da nossa instituição trabalham com projetos de auxílio à alfabetização, de informação sobre doenças sexualmente transmissíveis e uma série de informações que temos a clareza, que naquele ambiente, temos, um lugar ímpar neste país, em que a grande maioria das pessoas que estão ali dentro, são, no mínimo, graduados ou pós graduados.

Temos também um programa muito forte que é o programa de geração de emprego, empresa e renda. Além da formação do aluno com seu diploma, temos um programa que chama: incubadoras tecnológicas. Todas as unidades do Cefet passam por programa de incubadoras tecnológicas, que permite ao aluno não só buscar o seu emprego, mas criar o seu emprego, sua empresa, gerar rendas e criar empregos a outros brasileiros. É dessa forma que a maior empresa incubada neste país chama Bematech, ela nasceu dentro do Cefet Paraná. A Bematech instalada hoje em Curitiba, tem em torno de 400 funcionários. Essa é uma peculiaridade, um padrão, um estilo dessa instituição que chama-se Cefet Paraná. Nós temos 1300 docentes em torno de 560 técnicos administrativos. Somos uma empresa pública de educação, de aproximadamente 2.000 servidores, distribuídos em 06 unidades no Estado do Paraná. Somos 270 laboratórios, uma área construída de 177 mil metros quadrados. Como instituição pública, posso dizer que é uma das instituições mais bem mantidas.

As condições gerais do uso da instituição: nós temos um programa muito forte de intercâmbio com instituições internacionais. Esses programas permitem que o aluno possa ficar de três meses a um ano, num país, notadamente Alemanha/França, que são os nossos maiores parceiros. O resultado, o reflexo quando esse aluno volta após esse período que ele tenha no exterior e o aprendizado que se tem é extremamente significativo, porque não é só a área técnica que permite com que o aluno possa crescer. E o mais curioso é a primeira instituição deste país, que nasceu como escola de aprendizes e artífices e chega à Universidade. Não existe nenhuma instituição no país que fez essa trajetória.

Nós nascemos em 1909 com uma escola que dava cursos profissionalizantes para analfabetos. Aos chamados "excluídos da sorte". Temos fotos da nossa instituição, boa parte dos alunos descalços, calças curtas, tendo curso de sapateiro, curso de trabalho em couro. A história daquela instituição é brilhante.

É um orgulho, não para nós servidores, mas para todos aqueles paranaenses, toda a nossa sociedade. Ela nasceu em 1909, e vem, ao longo desses anos, alterando o seu título, o seu nível. Então, ele já foi Lição do Ofício, Escola Técnica de Curitiba, Escola Técnica Federal do Paraná, Centro Federal de Educação Tecnológica e agora Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Aqui vou me ater um pouco mais: temos uns dados um pouco mais complexos, mas é o histórico da instituição. Só como resumo desse quadro: a instituição passou de cursos profissionalizantes, literalmente para analfabetos, para hoje cursos profissionalizantes na área tecnológica até com a formação de mestres e doutores.

Ela evoluiu nesses seis anos, mas não perdeu seu caminho, não perdeu a sua identidade. Hoje o sistema brasileiro é formado por 34 Cefet's - uma curiosidade: até 1983 eram apenas 5 Cefet's, o Cefet Paraná, junto com o de Minas, o do Rio, os primeiros Cefet's do país, que

foram transformados em 1971, da então Escola Técnica Federal do Paraná.

Essa rede é bastante disforme no Brasil, e aí começa a primeira preocupação nossa. Ou nós somos a instituição dentro dessa rede, a maior instituição dessa rede, além da sua estruturação certamente não premiará o maior. A legislação vem num patamar médio, certamente estamos limitados no nosso crescimento. Esse gráfico mostra - ele tem muita informação - mas notadamente os níveis de ensino que cada um desses Cefet's realiza no país. Esse da extrema direita (mostra no gráfico) é o Cefet Paraná, é a única instituição que tem os programas de doutorado, tem os programas de mestrado e faz notadamente os cursos de graduação, além dos cursos técnicos.

Então é uma instituição que trabalha num perfil universitário. Outro dado importante desse Cefet no país inteiro, é o número de docentes. O Cefet Paraná tem 1.300 docentes, o segundo maior Cefet do país, que é Minas Gerais, tem 576 docentes.

Então nós, paranaenses, temos orgulho de termos uma instituição de educação profissional ímpar no país, porque ela é mais do que o dobro da instituição mineira. Só lembrando, Minas Gerais tem 11 universidades federais de ensino. Nós, no Paraná, temos duas instituições federais de ensino.

Então, nós temos um gráfico que mostra esse quantitativo de docentes, são dados importantes. Outro dado importante de uma instituição de ensino, é a quantidade de professores titulados a nível de doutor. O Cefet Paraná é a instituição que mais tem doutor dentro dessa rede de educação profissional. E alguns dados sobre projetos de ciência e tecnologia dentro da rede de Cefet's, somente o Cefet Paraná tem 10 projetos; Minas, Ceará e Pernambuco, com um projeto.

Dentro dessa rede de Cefet's, o do Paraná é único que tem uma maior participação dos recursos, chamado recursos de pesquisa.

Por que Universidade Tecnológica? Não existe no país. Cabe a nós mostrarmos. E temos obtido hoje o trabalho e o aceite do ministro da Educação, Cristóvão Buarque, de se criar um novo nível da educação profissional, que chama-se Universidade Tecnológica. Ela flexibiliza. Dá mais autonomia para a instituição, mas não faz com que perdamos no nosso histórico como uma instituição de educação profissional.

Esse é o pleito. O ministro Cristóvão Buarque já deu de acordo. Já assinou o projeto de lei que encaminha a transformação do Cefet Paraná à Casa Civil, para a apreciação no Congresso, na Câmara e no Senado. E para a sanção do presidente.

Por que Universidade Tecnológica? Por uma questão de estatuto. O estatuto do Cefet hoje é típico para todos os Cefet's do país. Como somos de um porte muito grande, o estatuto não colabora conosco. A questão da legislação. A legislação como Cefet, limita em relação à legislação como universidade. A busca de recursos para fomento, ciência e tecnologia como universidade vai ser

facilitada. Reflete na formação de recursos humanos, na qualidade em sala de aula e apoio à titulação docente.

Estamos fazendo esse projeto há cinco anos. A parte interna já fizemos um bom trecho. Estamos vindo desde 1999 transformando a instituição internamente. Já temos um conselho diretor tipo universitário. A estrutura organizacional tipo universidade. Já temos um equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão. Já temos um curso de doutorado: predominantemente graduação e pós-graduação. Quantidade expressiva de professores doutores e *estatus* de universidade na comunidade.

Temos todos os suportes jurídicos para que isso ocorra. Não existe nenhuma limitação jurídica dentro da legislação.

Esse é um quadro que mostra algumas instituições que foram transformadas em universidades recentemente. Em quase todas elas os portes são menores, os indicadores educacionais são menores do Cefet Paraná. Por exemplo, a Universidade de São João Del Rei. É uma instituição pequena comparada com o porte do Cefet Paraná.

É uma instituição que este ano vai formar o primeiro mestre, nós vamos formar o primeiro doutor.

Então, é um pleito legítimo. É um pleito da comunidade paranaense.

Já conversamos com a Bancada dos deputados federais e senadores, temos apoio deles. Com o governador do Estado, o secretário da Ciência e Tecnologia de Ensino Superior, a Secretaria da Educação do Paraná, a UFPR que temos apoio também. Os Conselhos, tanto os diretores do Cefet, quanto dos reitores e o próprio conselho diretor do Estado do Paraná.

Podemos ter uma universidade federal presente em mais cinco municípios do interior do Estado do Paraná. É uma a mais, com uma possibilidade de fazer um trabalho regional. Essa é a forma que pretendemos trabalhar. É a criação de um modelo inovador no país, que é a primeira Universidade Tecnológica do país.

Qual o perfil dessa universidade? Trabalhar como no passado, cursos técnicos cursos de graduação e engenharia, mestrados e doutorados na área tecnológica.

Gostaria de agradecer a oportunidade ímpar de poder estar aqui para falar um pouco aos senhores e senhoras.

Peço o apoio, como paranaense, como diretor-geral do Cefet, para que esse processo possa ter um trâmite rápido na Casa Civil e alcance o Congresso e a sanção do presidente, para que possamos dar ao povo do Paraná na área da educação, não tenho dúvida alguma em nome de todos os servidores daquela escola, uma notícia que há muitos anos não temos pelo Governo Federal na área da educação.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Muito obrigado pela sua presença, senhor Ede.
Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PL se fará uso do seu horário.

(Declina)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Questão de ordem, senhora presidente!

(Assentimento)

Nós queremos agradecer o diretor geral do Cefet, Sr. Ede Januário e esta Assembléia Legislativa já se manifestou por unanimidade remetendo um requerimento ao Governo Federal pedindo para que a universidade federal seja realmente uma realidade e essa decisão. Acredito que sairá em breve.

Esse primeiro passo já foi superado quando o Ministro esteve aqui recentemente. Infelizmente, não pudemos participar naquele momento pois estávamos com projetos importantes nesta Casa, mas este Plenário por unanimidade tem esse apoio e o Paraná está de parabéns por ter conseguido esse pleito e ter a primeira universidade federal tecnológica do país.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

No Horário da Liderança consulto as Lideranças do PL, PSL, PPS, PSB e PTB.

(Todas declinaram)

Consulto a Liderança do PP se fará uso do seu horário.

Com a palavra a Sra. Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Senhora presidente, senhoras e senhores deputados.

Gostaria de lembrar a esta Casa que há uma semana nós, maringenses, perdemos o nosso prefeito José Cláudio Pereira Neto e gostaria de lembrar aqui que foi um prefeito festejado pelo povo e que recebeu a nossa amizade, a nossa lealdade.

José Cláudio era um grande amigo pessoal, um homem que merece o nosso respeito, a nossa gratidão.

Gostaria de anunciar à Casa, em nome do nosso Partido que neste momento toma posse em Maringá o prefeito João Ivo Kaleff e que Deus ilumine a sua posse, que possa administrar Maringá, cuidar da nossa cidade, a terceira cidade do Estado do Paraná e que também conte conosco nesta Casa, com o deputado Luís Nishimori que também é de Maringá e com todos os demais deputados e deputadas desta Casa, pois todos nós, independentes de partido político, honraremos o nosso mandato trabalhando a favor do povo do Paraná.

Fica aqui o nosso registro e que Deus, neste momento João Ivo, esteja te iluminando para que você possa fazer um belo trabalho para a gente de Maringá, lembrando que Maringá foi construída ao longo de todos esses anos por pioneiros, por homens e mulheres, grandes vereadores, vereadoras, ex-prefeitos, ex-deputados fede-

rais e estaduais que sempre puderam estar honrando a sua cidade e trabalhando a favor da sua gente.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o senhor deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS

Senhora presidente, senhores deputados.

Eu pouco tenho utilizado esta tribuna e todas as vezes que tenho feito, tenho procurado aquilo que tem pautado a minha vida: o equilíbrio e o bom senso. Por essa razão, senhora presidente, requeiro, neste momento, à Mesa Executiva desta Casa, verbalmente, e fa-lo-ei por escrito, que restabeleça subjetiva ou objetivamente o equilíbrio das CPI's desta Casa, especialmente da CPI que trata do Banestado.

Tenho o maior e profundo respeito por todos nesta Casa, independente de coloração partidária. Aliás, por alguns ou pela quase total maioria tenho um grau de amizade muito grande. Mas, não posso, depois de tantos anos nesta Casa, depois de ter tido a honraria de ter sido presidente desta Casa, não posso permitir que nós nos deixemos participar de algumas ações que maculem a imagem e o bom equilíbrio desta Casa.

Senhora presidente, senhores deputados, passem os senhores que hoje na CPI do Banestado foi aprovada a exumação do cadáver de um ex-secretário de Estado que morreu tragicamente nas nossas estradas. Alguém cujo pai tem uma folha de serviços prestados ao Paraná. E se isso não fosse suficiente, pelo menos a dor de uma família tem que ser respeitada.

Nenhum de nós, para subir precisa subir em quem quer que seja. Se as câmeras televisivas, se a imprensa dá cobertura a ações como esta, eu, neste instante, retiro-me formalmente da CPI do Banestado. Posso ter todas as minhas críticas, acho que a CPI avançou, mas a partir do momento que as pessoas deveriam se apresentar chamando de "respeitável público", porque é esse o tratamento que o público que vai assistir a um verdadeiro "circo" um "fantoche" deve ser tratado.

Por esta razão, requeiro neste instante verbalmente, à Mesa da Casa que tem o dever de cuidar da imagem e não permitir que ações ridículas, infantis e cinematográficas hollywoodianas dignas de "007", permaneçam.

Nós não podemos, conhecendo o presidente desta Casa como eu conheço, como conheço os membros da Mesa Executiva, nós não vamos permitir que isso continue.

Por esta razão, senhora presidente, requeiro verbalmente e faço por escrito em seguida a minha retirada da CPI do Banestado, mas que a Mesa tome uma posição de intervenção firme coibindo sessões "hollywoodianas ou

queirolandas” numa homenagem ao Circo dos Irmãos Queirolo aqui em Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Solicito um aparte.

O SR. NELSON JUSTUS

Não lhe concedo o aparte.

O SR. NEIVO BERALDIN

Pela ordem, senhora presidente.

(Assentimento)

Lamento que o ilustre deputado não estivesse presente na Sessão porque só assim teríamos um ator a mais na reunião de hoje.

O SR. AILTON ARAÚJO

Pela ordem, senhora presidente.

(Assentimento)

Faço parte desta comissão e quero esclarecer ao nobre deputado Nelson Justus que não faço parte de nenhum circo. Respeito os meus colegas e as opiniões que eles têm. E quero dizer aos senhores que votei contra essa proposição. Nem por isso me sinto no direito de faltar com o respeito aos colegas. Lamento a ausência do deputado Nelson Justus na comissão, que poderia, junto conosco, a se somar para que isso não acontecesse e na audiência agora desta tribuna fazer esse espetáculo para as câmeras que estavam filmando.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Levarei ao conhecimento do presidente desta Casa que tomará as medidas.

O SR. JOCELITO CANTO

Pela ordem, senhora presidente.

(Assentimento)

Gostaria de esclarecer, até já discuti com os colegas agora há pouco, a respeito desta situação que está sendo colocada na CPI, deputado Neivo. Na condição de prefeito que eu era de Ponta Grossa, na época desse episódio envolvendo a morte do secretário Osvaldo. Na época, como prefeito de Ponta Grossa, fui chamado ao Instituto Médico Legal de Ponta Grossa. Vou esclarecer publicamente, porque o deputado Neivo está me pedindo para eu comparecer amanhã na CPI, mas não posso. Então, vou esclarecer aqui o que eu vi lá durante o episódio.

Quando prefeito de Ponta Grossa, fui chamado ao Instituto Médico Legal de Ponta Grossa, onde, por solicitação da direção do Instituto Médico Legal, havia lá o corpo de uma autoridade estadual e que era um secretário de Estado, que estava morto, em um acidente na região de Palmeira. Como prefeito de Ponta Grossa, imediatamente me desloquei até o Instituto Médico Legal e junto comigo, logo em seguida, chegou também o deputado

Luiz Carlos Zuk, e nos deparamos com um corpo, aparentemente com as características do ex-secretário, mas que na verdade a face principal estava como erguida, era meio erguida e então não tínhamos condições de dizer se era ou não. Mas, a princípio, pelo tamanho, porque eu conhecia o secretário e pessoalmente estive com ele, nós realmente percebíamos que era ele. E o que foi feito lá no Instituto Médico Legal de Ponta Grossa?

O corpo foi colocado em um caixão especial e trazido, deputado Neivo, aqui para Curitiba, onde foram realizados os exames. Pela informação que tenho, isso aconteceu em Ponta Grossa.

Agora, quanto ao reconhecimento, a princípio parecia ser ele. O rosto, face principal era levantado, como se abre a tampa de um iogurte. Então, é essa a dúvida que ficou. Mas, a princípio, pelo depoimento que vimos lá e pelo o que conhecíamos, parecia ser o secretário. Agora, há essa desconfiança e eu apenas assinei na hora lá que ocorreu o episódio porque fomos chamados como prefeito. Nós encaminhamos o corpo para o Instituto Médico Legal e aqui é que foram feitos exames, não sei se foi feito o DNA, não sei se foi feito exame de sangue. Agora, o que eu presenciei lá é isso deputado Neivo. E eu gostaria de deixar público aqui o que eu vi em Ponta Grossa, quando aconteceu o episódio da morte do secretário Osvaldinho.

É isso!

O SR. NEIVO BERALDIN

Pela ordem.

(Assentimento)

Preciso esclarecer aos senhores deputados que a reunião de hoje foi bastante extensa e tratou sobre a questão da Banestado Leasing. Houve vários depoimentos de ex-diretores e pessoas que tiveram relação com a Banestado Leasing e em um determinado momento um cidadão acabou falando alguma coisa que lembrasse o ex-secretário. Então, a partir desse momento o deputado Bradock pediu que se discutisse a possibilidade da exumação do cadáver do ex-secretário. E o que é que eu, como presidente, fiz?

Coloquei em discussão. E colocado em discussão, pedi que a votação fosse feita oralmente. Tivemos seis votos, sendo quatro a favor e dois contra. Eu, como presidente, não votei.

Então, foi isso o que aconteceu na Sessão e amanhã teremos Sessão às dez horas da manhã e, evidentemente, vamos discutir a Ata da deliberação de hoje. Essa é uma outra oportunidade que têm os deputados para aprovarem ou não a Ata. Eu presido a CPI.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto as Lideranças do: PSDB, PDT, PT, PMDB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 098/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente, solicitando a redução de tarifa de água para os hospitais do Paraná conveniados com o Sistema Único de Saúde. **À Comissão de Saúde Pública.**

Indicação nº 099/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente, propondo a implantação de incentivos financeiros aos municípios que possuam Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Paraná. **À Comissão de Saúde Pública.**

Indicação nº 100/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo a transformação do Pelotão da Polícia Militar de Rio Negro em Companhia. **À Comissão de Segurança.**

Projeto de lei de autoria do deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Reni Pereira, com apoio do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos deputados:

ITEM 01A

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 030/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 125/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a alteração da Lei Estadual nº 11.911 de 1º de dezembro de 1977, (transporte gratuito para deficientes mediante apresentação de atestado). COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÃO DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/CC nº 125/2003

Curitiba, 14 de junho de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 097/2003, dessa Presidência, e de levar ao conheci-

mento de V. Exa. que, em conformidade com o artigo 87, inciso VII e com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 125/2003, em face de informações prestadas pelo departamento de Estradas de Rodagem, esclarecendo que a medida, assim como está posta, é contrária ao interesse público, porque poderá ensejar desequilíbrio econômico financeiro das empresas operadoras do transporte coletivo intermunicipal e, ainda, motivação para readequação tarifária.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 125/2003 encontra-se publicado no DA nº 007/2003, de 18.03.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 30/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 125/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, altera a Lei Estadual nº 11911, de 1º de dezembro de 1997, que dispõe sobre o transporte gratuito a portadores de deficiência, em linhas de transporte intermunicipal.

O projeto de lei foi vetado sob o argumento de que “a medida, assim como está posta, é contrária ao interesse público, porque poderá ensejar desequilíbrio econômico financeiro das empresas operadoras do transporte coletivo intermunicipal e, ainda, motivação para readequação tarifária”.

Fundamentação

O veto foi apostado no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), todavia, sua motivação é inconstitucional.

Segundo a Constituição Federal em seu artigo 227:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º - O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades são governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:

I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II - criação de programa de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência

física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a **facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.**

§ 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência". (grifos meus)

Conclusão

Pelo exposto, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1º, da Constituição Estadual, o veto foi apostado em conformidade com o prazo legal, entretanto, ressaltamos que no nosso entender, *data venia*, o veto apostado é inconstitucional, pois cabe ao Poder Executivo adaptar-se ao cumprimento da legislação e não eximir-se com alegação tal qual foi expressa no veto.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Em votação.

O SR. TADEU VENERI (Para Encaminhar)

Senhora presidente, senhoras deputadas e senhores deputados.

O projeto que vamos, na verdade, votar, é o veto apostado pelo governador ao projeto que foi aprovado por esta Casa, um projeto de autoria do deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa, de minha autoria e que recebeu emendas do deputado Leite.

Nós, quando apresentamos esse projeto, entendíamos que não haveria polêmica por uma razão muito simples: porque, em princípio, o projeto objetiva ampliar aquilo que a lei já determina. Já temos uma Lei Federal e uma Lei Estadual que determinou, em condições específicas, a gratuidade do transporte para as pessoas portadoras de necessidades especiais e para pessoas que façam tratamento continuado.

Ora, os senhores não de convir e foi por isso que esta Casa votou e aprovou por unanimidade - que uma pessoa que tem dificuldade de locomoção, como muitos daqueles que, inclusive, estão assistindo a sessão aqui, uma pessoa que faz tratamento continuado, seja tratamento de câncer, diálise, seja tratamento de HIV, não o faz como se isso fosse turismo, não o faz para vir passear em uma cidade maior, não o faz para imputar prejuízos às empresas transportadoras de ônibus; faz porque é extremamente necessário e depende desse transporte, inclusive, à sua sobrevivência. E foi por isso que esta Assembléia acatou o projeto desses três deputados e aprovou por unanimidade.

Quando recebemos aqui o veto - e respeito o veto do senhor governador - causou-me surpresa que tenha vindo com uma argumentação absolutamente inconsistente, tanto que na CCJ, o deputado José Maria, que foi relator, deu parecer contrário, não ao veto, porque consti-

tucionalmente ele está dentro do prazo legal e legítimo, mas a sua razão alegada do interesse público. Qual o interesse público que pode ter o Estado ao negar às pessoas a condição de gratuidade, alegando que poderá ensejar um aumento na tarifa?

Ora, eu gostaria, e uma vez que o veto foi feito, então caberia a quem fez o veto argumentar, de quanto é esse provável, possível, talvez em um futuro distante, aumento na tarifa?

Quantos são os transportados que ensejariam esse aumento? Contrariamente, a quantos são os milhares e milhões de transportados que geram lucro e um lucro muito grande, por isso não se consegue romper o monopólio das empresas transportadoras. Não veio absolutamente nenhum número. Veio apenas - os senhores têm nas suas mesas - o veto que diz o seguinte: "vetei o projeto de Lei nº 120/2003, em face das informações prestadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem, esclarecendo que a medida, assim como está posta, é contrária ao interesse público, porque poderá ensejar desequilíbrio econômico-financeiro das empresas operadoras do transporte coletivo intermunicipal, e motivação para readequação tarifária. Esses motivos me levaram a vetar o projeto de lei, que em anexo restituo a essa colenda Casa".

Senhores deputados, acredito que esta Casa tem, soberanamente, condições de derrubar esse veto. Por isso, peço para que os senhores deputados votem não ao veto, sem como parte da base aliada do governo, que talvez, inclusive, o próprio governo ao mandar o veto, não tenha tido condições de ter todos os dados para nos oportunizar o conhecimento deles.

Ontem, o deputado Dobrandino solicitou que pudéssemos adiar esse veto para terça-feira, porque os executivos da Sul Americana pretendiam fazer uma exposição de como isso poderia afetá-los. Conversei com o deputado Leite e o deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa, que entenderam e eu também, que talvez pudéssemos ter uma semana ou um dia ou quiçá duas semanas, para esperarmos o veto. Mas racionalmente tivemos quatro meses de debates para votarmos esse projeto. Votamos o projeto e por unanimidade foi aprovado. Em nenhum momento, senhoras e senhores deputados, ninguém de nenhuma empresa, das dezenas que temos no Paraná, nos procurou. Vinte e quatro horas antes de votarmos o veto, surge alguém para dizer que era preciso adiar, porque isso poderia gerar a situação de conflito.

Entendemos que talvez pudéssemos fazer um debate e estendermos isso de uma forma mais ampla. Mas as pessoas que estão aqui, que são portadoras de necessidades especiais, as pessoas que necessitam do transporte gratuito, que é garantido pela Constituição e que podem, a qualquer momento, entrar com uma ação contra qualquer uma dessas empresas, que se recusem a transportá-las, será que elas têm, senhores deputados, senhora presidente, tempo para esperar, como tiveram os proprietários das empresas? Será que elas têm condições

de aguardar por mais tempo que esta Casa, que os senhores deputados, que felizmente todos têm condições de se transportarem, sem depender de ninguém, a si e a sua família. Nunca precisaram e é humilhante, para um cadeirante, como os que estão aqui, para as pessoas portadoras de necessidades especiais, que têm problema de visão, para aqueles que têm outro tipo de necessidade, como aqueles que precisam fazer tratamento continuado. Será que algum dos senhores deputados, algum dia precisou chegar em um guichê de uma empresa dessas e solicitar uma passagem gratuita? Não, felizmente não. Mas se algum dos senhores ou das senhoras tivessem tido esse problema, certamente saberiam a humilhação por que passam essas pessoas todos os dias.

Por isso, senhoras deputadas e senhores deputados, não há outra alternativa. Temos que optar. Temos dois lados para optar. Esses dois lados são muito claros. Volto a repetir que tivemos quatro meses para debater esse projeto. Tivemos o veto que foi apostado e que veio para esta Casa, no dia 14 de julho. A CCJ há quase um mês deu parecer. Entretanto, apenas poucas horas antes de votarmos é que surge uma alegação que tínhamos que rever, porque se derrubássemos poderia ser prejudicial às empresas. Não somos insensíveis, não queremos que nenhuma empresa quebre, não queremos que aumente o valor do transporte de ninguém! Agora eu pergunto: quanto aumenta, senhores deputados, cinco centavos, dez centavos, um real? Um real é a metade do que usamos para colocar um litro de gasolina em nossos carros! Quanto aumenta? Aumenta de Foz do Iguaçu até Paranaíba ou aumenta da Lapa até Contenda? Aumenta de Ponta Grossa a Curitiba ou será que aumenta de Londrina até o Sudoeste do Paraná? Porque estes dados não vieram e eu não posso acatar este veto! Acho que acatar este veto, hoje, seria ficar de joelhos diante de uma informação que, em absoluto, não contempla o que a Assembléia fez quando aprovou, por unanimidade, este projeto que, volto a repetir, não é meu, é um projeto que eu apresentei.

Para concluir, senhora presidente. Por isso entendo que diante dessas condições, entre ficar com aqueles que precisam de uma passagem porque é dela que depende, muitas vezes, a sua sobrevivência e com os transportadores que, em meio a milhões de passagens não podem abrir mão de uma, fico com aqueles que dependem dessa passagem.

Peço aos senhores deputados que votem pela derrubada do veto. Precisamos de 28 votos e por isso é necessário que tenhamos um lado.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (**Para Encaminhar**)

Senhora presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Quero associar-me ao pronunciamento do deputado Veneri e quero dizer que voto junto com a definição dele. Acho justo e não acho correto o que o Governo do

Estado está fazendo. Acho que a dificuldade que eles passam nenhum de nós suportaria.

Quero, em meu nome e em nome dos nossos companheiros, ser solidário com o deputado Veneri. Votaremos para derrubar o veto, porque entendemos que é um direito que cabe às pessoas portadoras e especiais. Hoje tem gente que não tem condição nenhuma em fazer este pagamento. Eu, quando prefeito de Ponta Grossa, trabalhei muito ao lado dos portadores especiais e fizemos um trabalho muito bonito. Jamais colocar-me-ia contra os mesmos porque sabemos - convivemos diariamente - das dificuldades que eles passam, no dia-a-dia.

Por isso, fico surpreso com esse veto do Governo do Estado, fico surpreso porque na campanha ouvimos muito falar que seria um governo preferencialmente pelos mais humildes e pelos mais pobres.

Neste momento, senhora presidente, senhores deputados, fico ao lado do deputado Veneri, somos solidários à derrubada do veto porque acho que as pessoas portadoras devem ter uma atenção especial, porque para mim são especiais!

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhora presidente, faço um questionamento à Mesa Executiva, da possibilidade de retirarmos este projeto de votação para que o governador do Estado tenha tempo de, talvez, repensar esta medida.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Senhora presidente, vamos votar hoje mesmo, está aqui a maioria dos senhores deputados. Vamos votar hoje.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Deputado Vanhoni, pelo Regimento Interno não é permitida a retirada.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Se não é permitido, senhora presidente, quero encaminhar meu voto pela derrubada do veto neste projeto. Achamos que o Governo do Estado errou ao proceder o veto numa matéria importante, que vai trazer um pouquinho de justiça àqueles que mais precisam. É que a sociedade faça um ato para deslegitimar a discriminação que milhares de pessoas sofrem na nossa sociedade. Aqueles que deveriam ser um pouco mais iguais, acho que a sociedade tem que fazer uma ação afirmativa.

Nesse sentido somo-me ao deputado Tadeu Veneri, ao deputado Jocelito Canto e demais deputados. E peço o apoio dos senhores deputados pela derrubada do veto. Foi uma atitude insensível por parte do Governo do Estado. Acredito que o governador gostaria de poder rever esse veto que encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Para Encaminhar)

Na condição de líder do PDT, recomendo também que a Bancada do PDT vote pela derrubada do veto.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (Para Encaminhar)

Um projeto como esse, até o próprio líder do Governo, realmente, sente a mesma dor que sentem os deficientes.

Acho que é um projeto importantíssimo. Mas apenas para confirmar: gostaria de responder ao deputado Tadeu Veneri - embora o projeto seja importantíssimo - que não foi um telefonema de última hora de alguém querendo modificar esse projeto. A semana passada eu trouxe o representante das empresas de transporte coletivo, que é quem vai transportar essas pessoas, pedindo para discutir e trazer algumas sugestões até para aprimorar o projeto. E o meu amigo, líder do Governo sabe disso. Nós fomos em seu gabinete. E ontem falei com o deputado Tadeu Veneri e ele, numa intransigência, não aceitou retirar o projeto por duas Sessões para ser discutido.

Lógico, é um direito que ele tem. Mas apenas para manifestar que houve o pedido das empresas para discutir esse projeto melhor, e não foi aceito pelo autor do projeto. Não vou pedir para ninguém votar contra. Mas corre o risco, pela intransigência do autor, desse projeto ser prejudicado.

O SR. CHICO NORORESTE (Para Encaminhar)

Senhora presidente e senhores deputados. Queremos, aqui, apenas firmar a posição do nosso Partido, o PL, que vamos votar pela derrubada do veto. O meu voto, voto do deputado Edson Praczyk, do deputado Renato Gaúcho, é pela derrubada do veto. Quero aqui, deixar a nossa solidariedade, o nosso apoio a todos os deficientes físicos, porque é um projeto de cunho social muito grande, de um alcance social muito grande. Portanto os deficientes físicos aqui presentes, aceitem a nossa solidariedade, o nosso apoio, contem com os votos do PL.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Para Encaminhar)

Senhora presidente, a Bancada do PT esteve reunida na tarde de ontem e, na condição de vice-líder do PT, a Bancada também votará pela derrubada do veto. Entendemos também que o governador terá a sensibilidade e sabe da importância desse projeto para os deficientes físicos do Estado do Paraná. A posição do PT é pela derrubada do veto.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Para Encaminhar)

O Partido Social Liberal, PSL, eu, mais o deputado Geraldo Cartário, votamos pela derrubada do veto.

O SR. BARBOSA NETO (Para Encaminhar)

Gostaria de me somar, em nome do Bloco Independente, com os nossos cinco deputados. Já foi manifestado pelo deputado Jocelito Canto. Mas, em nome do

deputado Ratinho Júnior, em nome do deputado Reni Pereira, deputado Luciano Ducci.

Gostaríamos, em primeiro lugar, de enaltecer a presença daqueles que vêm a esta Casa ocupando ordeiramente as galerias. E aqueles que têm qualquer tipo de dúvida, é só olhar as galerias e ver a maneira correta, cor data que hoje presenciam nesta Casa. E dizer até, na alegação do senhor governador do Estado, que o impacto financeiro na receita e despesa dessas empresas, com certeza poderia até mesmo ser socializado pelos demais passageiros, já que se trata de um projeto de um enorme alcance social, e aproveitamos para parabenizar o líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, com a sua sensibilidade, poder voltar atrás em relação ao veto do projeto, do governador que ele defende nesta Casa. Realmente, é de enaltecer na tarde de hoje.

Por isso somos favoráveis à derrubada do veto de hoje.

O SR. PEDRO IVO ILKIV (Para Encaminhar)

Queria comentar com relação ao projeto, que já derrubamos vetos aqui encaminhados pelo governador Requião, não é a primeira vez que estamos derrubando e tenho certeza que o governo não se aprofundou o suficiente ou faltou um pouco mais de discussão; tal falha até nossa mesmo, e que com certeza o governo não vetasse um projeto dessa natureza se fosse melhor debatido e talvez até não possa mesmo.

No sentido de só tentar esclarecer. Quem passou pelo Executivo sabe o calhamaço de coisas que passam todos os dias, dificuldades de analisar tudo, de aprofundar todos os assuntos. Às vezes o que num primeiro momento parece que não é inconstitucional ou que se não ache um jeito de aprovar o projeto. Mas que, com certeza este projeto, pelo alcance que tem, parece que não é inconstitucional. Mas este projeto, pelo alcance que tem, o impacto que terá é tão grande para as empresas e é claro que a população que vai pagar o preço. Porque vai estar embutido na planilha de custo, que o INPC é que define quanto custa a passagem de ônibus e que alguém tem que pagar. O centro de custo acaba sendo o próprio transporte coletivo, conforme o número de passageiros que passam. Não se tem dinheiro de outra parte para cobrir essas despesas. Mas é tão pequeno com certeza, este impacto, que talvez não foi nem avaliado suficientemente.

Provavelmente o governo não é contra este projeto. O que faltou, foi aprofundar um pouco mais este projeto. Obrigado.

O SR. WALDIR LEITE

Para encaminhar. Na verdade, como líder do PPS, de forma alguma poderia deixar de pedir à nossa Bancada, da qual a senhora faz parte e o deputado Ratinho Júnior também, que votasse pela derrubada do veto. Até porque, para deixar bem claro para todos os deficientes que este projeto de forma original, só contemplava os deficientes e as pessoas especiais da Região Metropoli-

tana de Curitiba. E fomos nós que apresentamos a emenda para que este projeto abrangesse todos os deficientes do Paraná. Já que acredito que todos os deficientes, independente da situação geográfica onde ele esteja, todos são especiais.

Então, apresentamos esta emenda e de forma alguma poderíamos deixar de pedir para votar pela derrubada do veto. Vou deixar bem claro: que não votamos contra o governo, de forma alguma. Somos companheiros do governo no que a gente acha que é bom para o Paraná e a derrubada deste projeto não acreditamos que seja bom para o Paraná. Porque o Paraná tem que ser um Estado justo para quem precisa. Acredito ser essa a definição do Paraná que a gente quer.

Neste desejo peço a todos vocês que nos ajudem a derrubar este veto que vai ser bom para o Paraná, vai ser bom para as pessoas especiais do nosso Estado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Os deputados que querem manter o veto votarão com a cédula SIM, e os que vão votar contra o veto a cédula NÃO.

(1º secretário procede à chamada nominal para votação)

(**Termina a chamada nominal**)

Solicito aos deputados, Doutor Luciano, Mauro Moraes e Artagão Júnior para fazerem a contagem dos votos.

O SR. PEDRO IVO ILKIV (**Pela Ordem**)

Senhora presidente, gostaria de justificar a ausência do deputado Padre Paulo que está em Maringá, na posse do prefeito Ivo Calef.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

43 deputados votaram.

22 votaram com a expressão SIM.

21 votaram com a expressão NÃO.

Está mantido o veto!

O SR. TADEU VENERI

Pela ordem, senhora presidente.

(**Assentimento**)

O veto está mantido? Pelo que a senhora falou 22 SIM e 21 NÃO. É isso?

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Sim.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Apenas quero deixar registrado que conversaremos com os outros deputados e voltaremos a apresentar esse projeto. Sei que nesta Legislatura não é possível, mas

voltaremos a apresentá-lo no ano que vem. Eu, novamente, repito aquilo que falei quando defendi a derrubada do veto: não há razão para ficarmos “em cima do muro”, ou nós estamos de um lado ou de outro e nós sabemos disso!

Obrigado senhora presidente!

O SR. JOCELITO CANTO

Pela ordem, senhora presidente!

(**Assentimento**)

Estou estranhando que teve discurso de todo mundo favorável e agora não apareceu nos votos! Vamos ter que fazer uma exumação dos votos também! Todo mundo fez discurso favorável aqui e a votação foi de 21 a 22! Vamos ter que fazer uma CPI dos votos! Todo mundo veio aqui, discursou bonito, porque o pessoal está ali e, agora, chegamos aqui e não encontramos os votos! Tem alguém vestido de camaleão aí!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Indianópolis, o terreno nº 6, Quadra 01 situado no perímetro urbano da cidade de Indianópolis. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COPTC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que corrige a sigla “UFIR’s” do artigo 5º da Lei nº 13.985, de 30 de dezembro de 2002. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDAS DA CF. Está em votação o projeto ressaltada a Emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública, o Centro de Convivência da 3ª idade, com sede no município de Guairaçá e foro no município de Paranaíba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica, para a APA-DEVI/CADEVI, no município de Ibiporã. (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Ibiporã/Centro de Atendimento do Deficiente Visual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04 A

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/2003 que dispõe sobre os créditos tributários relativos ao ICMS, inscritos ou não na Dívida Ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de junho de 2003, que poderão ser pagos em uma ou mais parcelas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ E PLENÁRIO. Apreciar neste turno emendas aprovadas em 2ª discussão.

O SR. BARBOSA NETO

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Gostaria de externar, em relação ainda ao veto que foi mantido do governador Roberto Requião sobre o projeto apresentado pelo deputado Tadeu Veneri, a minha indignação ou estupefação diante do que vimos. Se quase todos os líderes de partido demonstrarem em público - é só consultar as notas taquigráficas - a liberação e até o apoio ao projeto do deputado Tadeu Veneri e de repente vem um resultado como esse! Realmente nos causa estranheza e aí quando diz que político só mente, temos que acreditar infelizmente nisso!

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

É matéria vencida, deputado, já foi votado!

O SR. BARBOSA NETO

Só gostaria de deixar minha opinião consignada nesta Casa, pois não comungo com esse tipo de atitude, a pessoa quando empenha a palavra deveria realmente honrá-la e outra, tem que ter coração de ferro, de pedra para votar contra essas pessoas que realmente precisam.

Ontem, para o Ministério Público nós votamos. Esses dias, quatrocentos cargos também para o Teatro Guaíra. E agora, um projeto de tamanha envergadura, de tanto alcance social, que teria um impacto tão baixo em relação a essas despesas, essas empresas particulares, vemos essa realidade.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Em discussão as emendas do Projeto nº 429/2003 e votação pelos deputados. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/2003, de autoria do deputado Elton Carlos Welter e outros, que veda o plantio, a semeadura, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGM's) no Estado do Paraná, indica ao Poder Executivo Estadual a criação, no âmbito da governadoria do Estado, do Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ PARECER CONTRÁRIO DA CAIC - SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário, em nº de 05, de autoria de diversos senhores deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA
DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 307/2003**

A presente emenda modificativa ao projeto de Lei nº 307/2003, tem por objetivo alterar a redação proposta em seu artigo 1º, conforme redação a seguir:

“Artigo 1º - Fica vedado o plantio, a semeadura, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGM's) no Estado do Paraná, exceto para fins de pesquisa científica, conforme o disposto nesta lei, visando proteger a vida e a saúde do homem, dos animais e das plantas, bem como o meio ambiente, e desde que não cumpridas as condições estabelecidas na legislação federal, conforme determina o inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 225 da Constituição Federal.”

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoioamento:

Barbosa Neto, Doutor Luciano, Natálio Stica, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Nelson Tureck.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02
AO SUBSTITUTIVO GERAL**

Acrescente-se parágrafo único ao artigo 1º substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 307/2003, com a seguinte redação:

“Art. 1º -...

Parágrafo Único - Excetua-se o transporte de organismos geneticamente modificados produzidos em outros países”.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Francisco Bühner, José Maria Ferreira, Reni Pereira, Carlos Simões.

JUSTIFICATIVA:

Pelas rodovias do Paraná são transportados produtos produzidos em outros países, como o Paraguai por exemplo, que se utiliza do Porto de Paranaguá para a exportação de soja.

Trata-se de país que exporta cerca de 600 mil toneladas de soja por ano pelo Porto de Paranaguá, e a proibição do transporte por estradas paranaenses, de soja ou outros produtos transgênicos ou não, vai prejudicar o país vizinho, provocando um desconforto ou relacionamento entre o Brasil e o Paraguai.

Dessa forma, acreditamos que é de bom senso permitir a passagem de produtos transgênicos de outros países pelo Paraná, de vez que o nosso Estado também é beneficiado através da utilização do Porto de Paranaguá.

Se realmente houver a necessidade de vedar o transporte nos termos do projeto, faz-se necessário uma análise mais detalhada sobre essa questão através de acordo entre os países que servem-se de nossa rodovias, proporcionando tempo suficiente para que busquem outras alternativas de transporte.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03 AO SUBSTITUTIVO GERAL

Acrescente-se parágrafo único ao artigo 1º do substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 307/2003, com a seguinte redação:

“Art. 1º -...

Parágrafo Único - A vedação do transporte de organismo geneticamente modificados produzidos em outros países passará a vigorar a partir de 2005”.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Francisco Bühner, José Maria Ferreira, Reni Pereira, Carlos Simões.

JUSTIFICATIVA:

Pelas rodovias do Paraná são transportados produtos produzidos em outros países, como o Paraguai por exemplo, que se utiliza do Porto de Paranaguá para a exportação de soja.

Trata-se de país que exporta cerca de 600 mil toneladas de soja por ano pelo Porto de Paranaguá, e a proibição do transporte por estradas paranaenses, de soja ou outros produtos transgênicos ou não, vai prejudicar o país vizinho, provocando um desconforto ou relacionamento entre o Brasil e o Paraguai.

Dessa forma, acreditamos que é de bom senso permitir a passagem de produtos transgênicos de outros países pelo Paraná, de vez que o nosso Estado também é beneficiado através da utilização do Porto de Paranaguá.

Se realmente houver a necessidade de vedar o transporte nos termos do projeto, faz-se necessário uma análise mais detalhada sobre essa questão através de acordo entre os países que servem-se de nossa rodovias, proporcionando tempo suficiente para que busquem outras alternativas de transporte.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Modifica o artigo 17 do Projeto de Lei nº 307/2003, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e terá efeitos até a data de 31 de dezembro de 2005.”

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Tadeu Veneri, Luciana Rafagnin, Elza Correia.

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 05

Art. 1º - Fica criado o programa paranaense de rastreabilidade e certificação de produtos vegetais cuja produção seja garantidamente diferenciada entre convencional modificada, visando garantir a qualidade dos produtos agropecuários.

§ 1º - A rastreabilidade é o processo de identificação que se faz necessário para o acompanhamento de todos os eventos, ocorrências, manejos, transferências e movimentações na produção vegetal.

§ 2º - A Certificação Vegetal consiste no conjunto de procedimentos por cujo intermédio uma entidade certificadora reconheceu ou atesta que o produto atende a requisitos pré-estabelecidos e inerentes aos produtos de origem vegetal.

§ 3º - Os procedimentos a que se referem os parágrafos anteriores serão definidos pelos membros que compõem o conselho Técnico Estadual de Rastreabilidade e Certificação.

§ 4º - Incumbe aos órgãos competentes do Estado do Paraná a fiscalização do contido neste artigo.

Art. 2º - Fica criado o “Selo Paraná” de qualidade de produtos de origem vegetal.

Parágrafo Único - O “Selo Paraná” de qualidade será gerido pelo Instituto de Tecnologia do Paraná-Tecpar.

Art. 3º - Fica criado o Conselho Estadual de Rastreabilidade e Certificação - Conterc, vinculado diretamente ao gabinete do secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, ao qual caberá dentre outras, as seguintes funções:

I - estabelecer os critérios relativos aos programas de rastreabilidade e certificação.

III - Dissipar questões acerca de rastreabilidade e certificação.

IV - Manter cadastro atualizado de todas as instituições e profissionais que realizem atividades e projetos relacionados à rastreabilidade e certificação.

V - Elaborar seu Regimento Interno de funcionamento.

Art. 4º - O Conterc, composto por 10 membros efetivos e 10 membros suplentes, designados por ato do Governador do Estado, será constituído por:

I - pelo secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e respectivo suplente;

II - um efetivo e um suplente, indicados pelo secretário de Estado da Saúde;

III - um efetivo e um suplente, indicados pelo secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

IV - um efetivo e um suplente, indicados pelo secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

V - um efetivo e um suplente, indicados pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná Ocepar;

VI - um efetivo e um suplente, indicados pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná- FAEP;

VII - um efetivo e um suplente, indicados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Embrapa;

VIII- um efetivo e um suplente, indicados pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná- Fetaep;

IX - um efetivo e um suplente, indicados por associações legalmente constituídas, representativas do setor empresarial da produção de semente;

X - Um efetivo e um suplente, indicados por entidades legalmente constituídas de defesa do consumidor.

§ 1º - Os componentes da Conterc serão indicados pelas entidades mencionadas nos incisos anteriores.

§ 2º - A indicação será feita no prazo de trinta (30) dias a contar da publicação desta lei e será endereçada ao governador do Estado, que imediatamente fará publicar no Diário Oficial ato designando a constituição do Conselho.

Art. 5º - O mandato dos membros do Conterc, será de dois anos, permitida uma recondução.

Parágrafo Único - A cada dois anos a composição do Conterc, será renovada, ao menos, um terço de seus membros.

Art. 6º - A presidência do Conterc, será exercida pelo secretário da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná.

Art. 7º - Esta lei será regulamentada por decreto do Governador do Estado no prazo máximo de noventa (90) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, Nelson Tureck, Luiz Carlos Martins, José Maria Ferreira e 02 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente substitutivo é o estabelecimento de um sistema de avaliação da conformidade (rastreadabilidade e certificação) de produtos vegetais, cuja produção seja garantidamente diferenciada entre convencional e geneticamente modificada, com o fim de atender, com segurança, o abastecimento dos mercados e a valorização do produto - por intermédio da certificação ou da

emissão de um selo de qualidade que credibilize o produto.

Tendo em vista que a competência para tratar relativa à biossegurança é concorrente (artigo 24 c/c 225, II, ambos da Constituição Federal de 1988) entendemos que não seja prudente que o Estado do Paraná regulamente, de maneira isolada, a questão - especialmente porque é notória a disposição do Congresso Nacional em disciplinar a matéria.

Desta forma, o presente substitutivo cria alternativa para que o Paraná possa diferenciar seu produto, sem imiscuir-se em matéria cuja competência é, preferencialmente, de âmbito federal - oportunizando ao Estado do Paraná a antecipação em um processo de valorização de seus produtos vegetais.

Em votação.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (**Pela Ordem**)

O projeto de lei que está em discussão neste momento, que trata da vedação do plantio dos geneticamente modificados, teve sua votação favorável na Comissão de Constituição e Justiça e agora vem à pauta e sofre essas emendas.

Aqui está constando que existe um parecer contrário da Comissão de Agricultura. Esse parecer não foi apresentado no momento oportuno.

Tinha requerimento de urgência até o momento quando foi a pauta e esse parecer não estava na ordem do dia da primeira votação da Comissão de Agricultura. É estranho ter esse parecer neste momento porque seria anti-regimental apresentá-lo fora do prazo. Então, questiono esse parecer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar a V. Exa. que poderá discutir quando o projeto retornar à discussão nesta Casa de Leis. Ele voltará à Comissão de Constituição e Justiça e posteriormente voltará à discussão em Plenário.

A SRA. ELZA CORREIA

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Apenas para anunciar que se encontra aqui na nossa Assembleia Legislativa um grupo de liderança de Lerrovile, também o cacique da reserva de Apucarantina acompanhado de diversas lideranças da região. Teremos uma reunião com o secretário de Obras para tratar de assuntos de interesse da região.

Queria agradecer a presença dos companheiros que vêm a Curitiba buscar interesses para a nossa região.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Gostaria de solicitar a V. Exa., eu fiz um substitutivo, apresentei...

O SR. HERMAS BRANDÃO

Foi juntado ao projeto e irá à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 396/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que denomina de Escola Estadual Romeu Pires o estabelecimento de ensino localizado no município de Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO

Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É matéria vencida. Não vou admitir que seja discutido esse assunto. Já é matéria vencida, não há discussão.

O SR. JOCELITO CANTO

Eu gostaria, senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós temos que respeitar os deputados que fizeram o escrutínio aqui.

O SR. JOCELITO CANTO

Fui conferir a votação lá dentro, senhor presidente, pedi a urna e os funcionários desta Casa são testemunhas. A urna foi levada direto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É assunto encerrado, nobre deputado. É assunto encerrado.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Deputado Jocelito, eu fui um dos que conferiram a votação. Não aceito essa atitude moleque sua. Você tinha a oportunidade de fiscalizar na hora que lá estavam sendo contados os votos. Não seja moleque! Não seja infantil! Porque aqui todo mundo é respeitado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a discussão, senão vou suspender a Sessão.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, pela ordem.

Solicito, neste momento, o testemunho dos funcionários.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Funcionário não dá testemunho aqui. Temos que respeitar os senhores parlamentares que fizeram o escrutínio.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Casa de Passagem Filhos de Deus, com sede e foro no município de Reserva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que institui o Dia Estadual dos Surdos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Aprovada a emenda da CCJ.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que institui a Semana de Valorização da Vida do Trabalhador no Estado do Paraná, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Aprovada a emenda da CCJ.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/2003, que objetiva transformar na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, cargos de provimento em Comissão e outros cargos de igual natureza, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Jardim Centauro, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 442/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Instituição Garagem da Esperança, com sede e foro no município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 445/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública o Instituto Brasileiro de Educação Ambiental - IBEAM, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Natal, com

sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/2003, de autoria do deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Bom Menino, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece obrigações legais e financeiras das serventias judiciais, cíveis comuns e especializadas e extrajudiciais cujas atividades se desenvolvam sob o regime remuneratório de custas e emolumentos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Paranaense das Escolas de Futebol, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 014/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, mês de agosto de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

(Sueli)

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional de Movimento Amor Exigente, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 001, de 18.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 039/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação Regional do Movimento Amor Exigente, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de

acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Obra de Assistência Social Papa João XXIII, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 024, de 28.04.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 230/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Obra de Assistência Social Papa João XXIII, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiro e Planta Santa Helena, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 029, de 07.05.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 245/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública o Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiro e Planta Santa Helena, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 16.09.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Federação Regional de Pais Presidentes de APM's, e APP's de Escolas Estaduais e Municipais de Campo Mourão e Região Jurisdicionadas - Feracam, com sede e foro no município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031, de 12/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 251/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Federação Regional de Pais Presidentes de APM's, e APP's de Escolas Estaduais e Municipais de Campo Mourão e Região Jurisdicionadas - Feracam, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 16.09.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Setentrão Paranaense - Cisamusep, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031, de 12/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 257/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Setentrão Paranaense - Cisamusep, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 16.09.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, autoriza a iniciativa privada a patrocinar o transporte escolar do ensino fundamental e médio das Escolas Públicas Estaduais, conforme condições que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 032, de 13/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 262/2003

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 262/2003, de iniciativa do senhor deputado Durval Amaral, tem por escopo autorizar a iniciativa privada a patrocinar o transporte escolar de alunos matriculados no ensino fundamental e médio das Escolas Públicas Estaduais.

Trata-se de autorização para que as empresas privadas possam patrocinar o transporte escolar do ensino fundamental e médio das escolas públicas estaduais, em contrapartida ficariam autorizadas a divulgarem sua razão social ou marca nos veículos que realizam o trabalho de transporte escolar, trazendo em seu bojo algumas considerações e detalhes acerca da forma específica de colocar-se as mencionadas "propagandas", respeitando a legislação de trânsito.

Fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 128, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que o presente projeto de lei tem por finalidade autorizar ao empresário contribuir para o pagamento do transporte escolar, visto que o transporte escolar é realizado por empresa particular e pago pela família dos alunos, o que por consequência acaba por contribuir para a evasão escolar, uma vez que àqueles alunos que não dispõem de condições financeiras para arcar com as despesas do transporte podem acabar por não participarem do processo educacional. Cabe salientar que o projeto de lei vem somente autorizar uma parceria entre dois empresários, vale dizer, entre o proprietário do ônibus escolar e o empresário que pretende divulgar sua empresa no mencionado ônibus.

Cabe ainda salientar que a própria Constituição Federal em seu artigo 205, traduz no sentido em que a própria sociedade promoverá e incentivará a educação, destarte a nobre iniciativa é plenamente viável, pois faz com que a sociedade através de seus empresários participe ativamente do contexto educacional.

Não se pode olvidar que a intenção do líder da Oposição, deputado Durval Amaral é de extrema relevân-

cia enquanto visa garantir a assiduidade dos alunos da rede pública, diminuindo a evasão escolar e assegurando melhores condições de segurança para o transporte dos alunos, visando sempre e continuamente, colaborar com a família e com o Estado na mais elevada das intenções, promover a educação.

Conclusão

Diante do exposto, considerando que não se vislumbra nenhuma restrição legal no projeto de lei em estudo, esta Comissão apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 262/2003, estando apto a prosseguir.

Sala das Comissões, em 12.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 262/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 262/2003, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, tem por desígnio autorizar a iniciativa privada a patrocinar o transporte escolar do ensino fundamental e médio das escolas públicas estaduais, conforme condições que especifica.

Neste contexto, é mister salientar que este projeto de lei visa, acima de tudo, dar permissão à iniciativa privada de colaborar com o Estado e com a família, no que corresponde à partilhar os ônus com a educação, mais precisamente no que corresponde ao transporte escolar.

Cabe-nos, nesta seara, analisar a viabilidade financeira do presente projeto de lei. Diante da situação supra-citada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da possibilidade financeira desta medida.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 20.08.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 262/2003

P A R E C E R :

Nada obsta na criação de parcerias educacionais com empresas que queiram exercer sua responsabilidade social, “as amigas da Escola”, ou fazerem valer o ensinamento do Papa Leão XIII: “Sobre toda propriedade pesa uma hipoteca de responsabilidade e ação social”.

O parecer é favorável.

A necessidade é urgente.

Sala das Comissões, em 17.09.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Água do Gavião, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro d'Oeste. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 039, de 27/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 299/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Água do Gavião, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro d'Oeste.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a ASR - Associação de Senhoras de Rotarianos de Planalto, com sede e foro na Comarca de Capanema. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 040, de 28/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 308/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a ASR - Associação de Senhoras de Rotarianos de Planalto, com sede no município de Planalto e foro no município de Capanema.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/2003, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Clube de Idosos e Hipertensos do Bairro Itaipu, com sede e foro no município de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049, de 18/06/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 353/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Clube de Idosos e Hipertensos do Bairro Itaipu, com sede e foro no município de Medianeira.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 28

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/2003, de autoria do deputado Nereu Moura que declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Rurais de Chopinzinho - AMR, com sede e foro no município de Chopinzinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056, de 04/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 388/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Rurais de Chopinzinho - AMR, com sede e foro no município de Chopinzinho.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 29

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/2003, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação de Ensino Agropecuário Oeste do Paraná - Agropar, no município de Palotina, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVO-

RÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056, de 04/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 392/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação de Ensino Agropecuário Oeste do Paraná - Agropar, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 30

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Cidadãos da Vila Izabel - Assobel, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 057, de 05/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 411/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Cidadãos da Vila Izabel - Assobel, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 31

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 14.055 de 27 de maio de 2003 (Balsas e Ferry-Boat). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 65, 27.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 492/2003

P A R E C E R :

Trata-se de Projeto de Lei nº 492/2003 de iniciativa do nobre deputado Antonio Anibelli, que dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 14.055, de 27 de maio de 2003.

Procura o projeto de lei sanar um equívoco que na oportunidade da elaboração da lei certamente não foi observado, com relação à localização geográfica da balsa do “Ferry-Boat” de Guaratuba, pois como assevera o nobre deputado Antonio Anibelli ambos os lados pertencem ao município de Guaratuba e não um dos lados à Matinhos como prevê o artigo 1º da Lei nº 14.044 recentemente aprovada.

Não se está legislado sobre, matéria de secretarias que por consequência seria de iniciativa do governador, mas sim pretende-se tão somente dar nova redação à lei já existente, sendo que o intuito da lei não será alterado, tratando-se somente de mudança textual, desta forma, no que tange a constitucionalidade, não encontra óbice legal em prosseguir o presente projeto de lei, diante do que apresento parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

ITEM 32

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que denomina João Leandro Barbosa o trecho entre o município de Rio Branco do Ivaí ao entroncamento da Rodovia PR 082. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 68, 03.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 507/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 507/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, denomina de João Leandro Barbosa, o trecho entre o município de Rio Brando Ivaí ao entroncamento da Rodovia PR-82.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente a sua tramitação.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 33

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 079/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que propõe a instituição de frente de trabalho estudantil, nas escolas públicas do Estado, em regime de estágio remunerado. PARECER FAVORÁVEL DA CECE. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 264/2003. **Aprovado. (Publ. no DA nº 32, 13.05.2003, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 264/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela de autoria do deputado Moura Moraes, que institui a frente de trabalho estudantil, nas escolas do Estado, em regime de estágio remunerado e dá outras providências.

Trata-se de projeto de lei que visa aproveitar a criatividade e disponibilidade dos estudantes de escolas públicas estaduais, criando oportunidade de estágio remunerado para os mesmos.

O projeto de lei apesar de sua alta relevância fere o contido nos artigos 66, IV, e 133, I, parágrafo 1º, da Constituição Estadual, que diz:

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre.

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos de administração pública.

Art. 133 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - Plano plurianual;

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações do governo.

De acordo com o teor do projeto, vemos que se trata de matéria de competência privativa do Poder Executivo, devendo, assim, ser encaminhado na forma de indicação.

Assim, diante do óbice apontado o projeto de lei apresenta-se ilegal e inconstitucional, sendo nosso parecer contrário, e como forma de preservar os nobres objetivos do deputado Autor, toma a iniciativa esta relatoria de propor a esta Comissão, que o projeto de lei ora relatado seja enviado ao departamento legislativo para a conversão em Indicação Legislativa.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 79/2003

P A R E C E R :

Relatório

Propõe a instituição da Frente de Trabalho Estudantil, nas Escolas Públicas Estadual, em regime de estágio remunerado.

Fundamentação

Adequado ao artigo 66, IV e artigo 133, I, parágrafo 1º da Constituição Estadual, a indicação proposta pela Comissão de Constituição e Justiça preserva os nobres objetivos do autor do projeto de lei, o deputado

Mauro Moraes, que originou o presente indicativo. Proporcionar aos jovens que cursam o Ensino Médio em nosso Estado, a oportunidade de vivenciarem, na prática, as atividades que os tornem aptos a competirem no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo, ao mesmo tempo que possam auferir uma renda e com o apoio das instituições diretamente responsáveis pela sua formação é um objetivo que deve ser perseguido e alcançado.

Conclusão

Somos portanto, de parecer integralmente favorável à sua aprovação na forma proposta.

Sala das Comissões, em 17.09.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria de requerer a esta Casa, eu não estou aqui para desconfiar de ninguém, tenho o maior respeito pelos deputados, em momento nenhum eu quis ofender ninguém, eu só me surpreendi pela votação e fui conferir a urna, só isso. E lá constatei que não estava mesmo o número que foi dado aí. Não aceito o deputado Artagão me chamar de moleque, moleque para mim é pançudo, e eu não sou pançudo, estou até magrinho agora. Então, eu não aceito esse tipo de colocação.

E segundo, senhor presidente, com todo o respeito, gostaria de pedir a esta presidência, acho que está na hora de evoluirmos nesta Casa, vamos colocar um painel eletrônico para acabar com essas votações secretas, vamos começar a mostrar aí que podemos votar diante do povo, podemos votar como vota o Congresso Nacional, hoje, com o nome do deputado e de que lado ele votou, com uma senha que cada um possa votar aqui, para não nos constrangermos como aqui, agora.

Senhor presidente, a Assembléia tem condições de fazer isso, V. Exa. está conduzindo esta Casa com muito respeito, e eu pediria, em nome da modernidade, em nome da transparência, que colocássemos um painel eletrônico para acabar com essa confusão de contar voto aí na frente.

Era isso, senhor presidente, e perdoe-me se eu apenas quis verificar, e na frente dos funcionários, chamei e verifiquei o que eu vi. Só isso que eu queria destacar.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de deixar claro nesta casa que em hipótese alguma eu vou aceitar qualquer suspeita sobre a minha conduta. Acredito que o deputado Jocelito tenha as suas razões, os seus interesses, como já teve na sua vida pública, no passado, interesses, inclusive, que nós podemos desconfiar.; mas, não cabe aqui serem colocadas acusações que ele sofreu no passado. Agora, eu não aceito que qualquer acusação seja feita sobre a minha pessoa, sobre a pessoa do deputado Mauro Moraes, sobre a pessoa do deputado Luciano, do depu-

tado Nelson Tureck, e sobre as pessoas que compunham a Mesa naquela oportunidade e que conferiram a votação. Foram chamados 43 deputados, foram computados 22 votos SIM e 21 votos NÃO. Se o deputado Jocelito tivesse qualquer dúvida, ele poderia ter acompanhado a votação, como qualquer parlamentar tem esse direito no momento do escrutínio.

E ele não o fez para depois, sim, fazer aquilo que já foi comentado no início da Sessão, um circo, um espetáculo a fim de aparecer e buscar os holofotes da Assembléia. Não podemos aceitar, isso é falta de decoro parlamentar. E o deputado Jocelito Canto tem que se controlar um pouco mais com as suas atitudes e ser um pouco mais ativo no momento certo e não no momento onde já passou a oportunidade de se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero, como presidente desta Casa, fazer um esclarecimento: todos os parlamentares que compõem esta Casa merecem o respeito e a credibilidade desta Presidência. E houve, eu acho, por parte do deputado Jocelito Canto, um equívoco, porque na realidade quando se encerra a votação, colocam-se todos os votos que estão na Mesa e os que sobraram, dentro da caixa. Foi isso que aconteceu. E também, deputado Jocelito, quero deixar bem claro, não para V. Exa., mas todos os outros deputados que compõem esta Casa: qualquer parlamentar pode acompanhar a apuração dos votos.

Não chamamos sempre a mesma comissão, inclusive, chamamos quem estava presidindo, era a deputada Arlete, ela chamou o deputado Artagão, deputado Luciano e o deputado Mauro Moraes, como todos os outros deputados, merecem desta presidência, como merece V. Exa. também, deputado Jocelito Canto, a nossa estima e consideração. Houve pelas informações que estou recebendo, aqui, da minha assessoria e de parlamentares, que foi realmente isso o que aconteceu. Foram colocados os votos que não foram usados, que foram colocados dentro das urnas e as cédulas também.

Por isso que não bateu a conferência de V. Exa., com a conferência dos parlamentares que fizeram, aqui, o escrutínio.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, assistindo a essa situação me veio mais uma vez à mente uma afirmativa de V. Exa., que até o final deste ano teremos a TV Assembléia. Acho que essa TV será muito importante e virá em boa hora. Peço mais uma vez a V. Exa., que não meça esforços para que as Sessões da Assembléia Legislativa sejam transmitidas ao vivo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Estamos com o projeto quase todo concluído. É intenção desta Mesa Diretora instalar um canal exclusivo para a Assembléia do Paraná.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2106, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2107, 2123 e 2124, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2108, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 2109 a 2111, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2118 a 2119, de autoria do deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2121, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2125, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2127, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2128, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2130, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao senhor deputado Neivo Beraldin, inscrito.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, pretendo ser absolutamente breve, mas eu não poderia deixar de, na condição de presidente de uma CPI, que está instalada neste Poder desde 17 de março e trabalhando diuturnamente, para que o resultado seja a contento deste Poder Legislativo e, sobretudo, com o esforço dos onze membros que compõem esta CPI, eu não poderia deixar de comunicar à Casa, que estamos realizando um trabalho sério na CPI do Banestado.

Dividimos a CPI em quatro módulos. O módulo do saneamento do Banco do Estado do Paraná. Por que o governo contraiu o empréstimo de cinco bilhões e seiscentos para sanear o banco? Por que o banco quebrou? Onde estão aqueles que pegaram o dinheiro emprestado e não pagaram? Quem foi que deu sem usar o critério da seletividade? Esta Casa contraiu um perito judicial, para analisar o processo de privatização do Banestado. O perito está com o seu trabalho bastante avançado. Estamos desenvolvendo um trabalho, que pela primeira vez

na história deste Estado, uma CPI é reconhecida pela Justiça com plenos poderes de investigação! Foi a 2ª Vara Criminal Federal que concedeu, baseada nos argumentos de nossa assessoria técnica jurídica, acesso as auditorias tanto internas quanto externas do Banco do Estado, da época. Foi também o juiz da 2ª Vara Criminal que concedeu a esta CPI o acesso de todos os processos que o Banco Central move contra o Banestado. Foi também por determinação judicial que a CPI teve acesso à carteira de fomento do Estado.

Quantas pessoas, quantos milhões foram conquistados e não foram pagos? E o povo está pagando 47 milhões de reais, por mês, por conta do furo do Banestado.

Essa CPI então poderá encontrar-se em muitas encruzilhadas, mas em todas elas nós queremos evocar a participação dos 11 membros. Agora não podemos aceitar que alguém faça parte da CPI, que não comparece a uma determinada Sessão e depois venha criticar uma decisão tomada pelos membros da CPI. Então, sinceramente, quero cumprimentar o deputado Ailton Araújo que reagiu, na hora certa, espontaneamente em relação ao pronunciamento aqui do nosso colega, deputado Nelson Justus. A CPI do Banestado não é um circo, não! A CPI do Banestado é uma CPI que investiga talvez o maior rombo da história deste País! Olha, o rombo do Banestado representa 10% do déficit do INSS brasileiro! 47 milhões de reais por mês, a última prestação vai vencer em março de 2029. Já demos o Banco por 1 bilhão e meio para abater a dívida, já pagamos perto de 2 bilhões de prestações e ainda devemos mais 7 bilhões e meio de reais!

Será, Jocelito Canto, que é justo que a população dos Campos Gerais pague uma conta sendo ela não responsável que nunca tenha ido ao Banco para adquirir um empréstimo? Será justo que o povo pague por aqueles poucos que acabaram enriquecendo por conta da humildade e da omissão? Omissão do Tribunal de Contas, omissão do Banco Central, omissão do ex-governo, omissão deste Poder! Agora estamos fazendo justiça, estamos recuperando, passo a passo, com uma equipe técnica que analisa os documentos da auditoria do Banco, da época, portanto não tem nada a ver com política, auditoria interna e externa.

Nós estamos trabalhando na CPI tecnicamente e não vamos aceitar que, por alguns momentos, alguns se aproveitem de uma determinada fragilidade para tentar desestabilizar aquilo que há de mais sagrado na vida parlamentar que é a defesa do interesse do cidadão, sobretudo na defesa do interesse do mais humilde que nem sempre tem uma voz que defenda seus direitos! E nós temos este dever porque conquistamos este dever nas urnas!

Fui eleito presidente desta CPI por delegação dos membros desta CPI, portanto vou, em conjunto com os membros, sempre democraticamente mas sempre reparando e ouvindo os técnicos para poder deliberar con-

forme determina a consciência de cada parlamentar que compõe esta CPI. Nossa CPI é política mas também é técnica, aliás todos os deputados da CPI do Banestado têm esta visão, sempre fortalecem a equipe técnica. Portanto não vamos nos deixar abater porque o que querem é acabar com a CPI, o que querem é que ninguém investigue nada, o que querem é que cale a boca, o que querem é que não se revelem os fatos!

A Banestado Leasing deu mais de 600 milhões de reais de prejuízo! E quem é que está pagando esta conta se não é o povo do Paraná, será que temos que investigar, ou será que não temos que investigar?

Obrigado.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Apenas queria deixar registrado o agradecimento à Bancada do Partido dos Trabalhadores, embora nós tivéssemos hoje, por razões que já foram explicadas, com 4 deputados a menos. Mas os 5 deputados, inclusive o líder do Governo, pelo voto que proferiram quando solicitamos que houvesse a derrubada do veto. Tenho certeza que os 5 votos do PT contaram nos 22 votos que foram colocados pelo NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 327, 420, 431, 434, 441 e 458/2003.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 033, 070, 418, 424 e 501/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 039, 230, 245, 251, 257, 262, 299, 308, 353, 388, 382, 411, 492 e 507/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 066, 072, 301, 305 e 391/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 15ª LEGISLATURA ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o senhor presi-

dente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 103/2003, 188/2003 e 189/2003. E o deputado Nelson Justus apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 163/2003 e 164/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 15ª LEGISLATURA ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, quando o senhor deputado Nelson Justus apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs, 185/2003, 212/2003, 241/2003 e 419/2003, em seguida o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 163/2003 e 173/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA 16 DE SETEMBRO DE 2003

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes da Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter, Doutor Luciano, Delegado Bradock, Pastor Edson Praczyk, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Nelson Justus, Elza Correia, Plauto Miró Guimarães, Reni Pereira e Ailton Araújo. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo Delegado Bradock - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº

354/2003 de autoria da deputada Luciana Rafagnin; Parecer CONTRÁRIO do deputado Nelson Justus - APROVADO, com abstenção de voto do deputado Elton Carlos Welter; 02) Projeto de Lei nº 391/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão - Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 451/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria Ferreira - APROVADO, com voto CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock. 04) Projeto de Lei nº 301/2003 de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 378/2003 de autoria do deputado Waldir Leite. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria Ferreira - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 379/2003 de autoria do deputado Waldir Leite. Parecer CONTRÁRIO do Delegado Bradock - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 381/2003 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. O deputado Chico Noroeste SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente. 08) Projeto de Lei nº 380/2003 de autoria do deputado Waldir Leite. O deputado Elton Carlos Welter SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente. 9) Projeto de Lei nº 404/2003 de autoria do deputado Durval Amaral. O deputado Duílio Genari SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente. 10) Projeto de Lei nº 405/2003 de autoria da deputada Arlete Caramês. O deputado Elton Carlos Welter SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente. 11) Projeto de Lei nº 412/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Doutor Luciano - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 455/2003 de autoria do deputado Barbosa Neto - Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 492/2003 de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 498/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão. O deputado Chico Noroeste SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente. 15) Projeto de Lei nº 504/2003 de autoria da deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 507/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO. 17) Projeto de Lei nº 39/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 66/2003 de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 72/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 77/2003 de autoria do deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 117/2003 de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 118/2003 de

autoria do deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 150/2003 de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 175/2003 de autoria do deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 204/2003 de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 230/2003 de autoria da deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 245/2003 de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 257/2003 de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 276/2003 de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 287/2003 de autoria da deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 411/2003 de autoria do deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 251/2003 de autoria do deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 299/2003 de autoria do deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 300/2003 de autoria do deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 308/2003 de autoria do deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 309/2003 de autoria do deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Chico Noroeste - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 345/2003 de autoria do deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Chico Noroeste, na forma da emenda anexa - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 353/2003 de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Chico Noroeste - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 388/2003 de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Chico Noroeste - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 392/2003 de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Chico Noroeste - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 415/2003 de autoria do deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 439/2003 de autoria da deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Chico Noroeste - APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 442/2003 de autoria do deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do deputado Chico Noroeste - APROVADO; 44) Projeto de Lei nº 445/2003 de autoria do deputado Neivo Beraldin.

Parecer FAVORÁVEL do deputado Chico Noroeste - APROVADO; 45) Projeto de Lei nº 485/2003 de autoria do deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do deputado Chico Noroeste - APROVADO; 46) Projeto de Lei nº 501/2003 de autoria do deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do deputado Chico Noroeste - APROVADO; 47) Projeto de Lei nº 530/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 48) Projeto de Lei nº 497/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor deputado Nelson Justus apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 327/2003 e 366/2003 (anexados) 420/2003, 431/2003, 434/2003, 441/2003 e 458/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
03ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões

da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Antonio Anibelli e com a presença dos seguintes deputados: Nelson Justus, Duílio Genari, Delegado Bradock, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Ailton Araújo, Luciano Ducci, Tadeu Veneri e Nelson Tureck. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 429/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer do deputado José Maria Ferreira, FAVORÁVEL às Emendas nºs 01, 02 e 08, e CONTRÁRIO às demais - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo vice-presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

Ata de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DOS JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e três, às 17h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos Mundiais da Natureza, na Sala de Reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli e Luiz Fernandes da Silva Litro. Dado início aos trabalhos passou-se a oitiva dos representantes da Empresa Mecânica Pesada S.A., senhor Luiz Antonio Bovo, e Empresa Itajuí Engenharia de Obras Ltda, senhor Paulo Cezar Varassin que responderam sobre vários aspectos relacionados aos Jogos Mundiais da Natureza, tudo conforme notas taquigráficas, em anexo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária